



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA**

PROCESSO Nº 17.175/2015

PARECER Nº 0795/2019 - G3P

EMENTA: Auditoria de Regularidade. Processo eletrônico. Diversos Órgãos e Entidades. Verificação da regularidade das concessões e respectivos pagamentos dos Adicionais de Insalubridade e de Periculosidade. Determinações para saneamento de irregularidades pontuais nas concessões decorrentes de deficiências na atualização tempestiva dos Laudos Técnicos das Condições Ambientais de Trabalho - LTCATs, que levaram ao pagamento de valores indevidos. Cumprimentos parciais das diligências. Reiteração em parte e novas determinações. Atendimentos parciais. Novas determinações a diversos Jurisdicionados. Pedidos de Reexame interpostos pelo DETRAN/DF e pelo Sindicato dos Trabalhadores em Atividade de Trânsito, Policiamento e Fiscalização de Trânsito das Empresas e Autarquias do DF - SINDETRAN/DF. Conhecimento. Análises de méritos. Instrução pelo provimento parcial dos Recursos. Parecer convergente do MPC/DF.

Versam os autos sobre o exame do resultado de Auditoria de Regularidade realizada pela então Divisão de Fiscalização de Pessoal - DIFIPE/SEFIPE, autorizada por meio da Decisão Reservada nº 44/2015, proferida nos autos do Processo nº 6.278/2015-e, com o objetivo de verificar a regularidade dos pagamentos dos Adicionais de Insalubridade e de Periculosidade efetuados aos servidores de diversos órgãos e entidades do Complexo Administrativo do Distrito Federal, bem como os procedimentos adotados pelos Jurisdicionados a fim de evitar situações de desconformidade com a legislação de regência.

2. Na versão prévia do Relatório de Auditoria nº 10/2015 (Peça 35), foram registrados os seguintes Achados:

“2.1.1 Achados de Auditoria

Os órgão e entidades jurisdicionados têm observado, em geral, a regulamentação pertinente na concessão dos Adicionais de Insalubridade e de Periculosidade, havendo irregularidades pontuais decorrentes de deficiências no acompanhamento das mudanças nas condições ambientais de trabalho e na atualização tempestiva dos LTCATs, levando à continuidade indevida de pagamentos desses adicionais, assim como de VPNI acessória da Periculosidade.

(...)

2.2.1 Achados de Auditoria

Pagamentos indevidos dos Adicionais de Insalubridade e de Periculosidade, seja pelo recebimento indevido, pela ausência de fundamentação fático-legal ou pela superação das condições ambientais insalubres ou perigosas, seja pela incorreção nos valores pagos.”

3. Mereceu relevo a constatação no âmbito do DETRAN/DF, “*relacionada ao pagamento, quase que indiscriminado, de adicional de insalubridade aos servidores da carreira de fiscalização de trânsito, sem que estivesse acompanhado de Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho - LTCAT de forma individualizada*”, não olvidando que o Controle Interno já vinha realizando Auditorias com o mesmo escopo, e, por conseguinte, já havia expedido a Nota Técnica nº 08/2016-DIRFA/CONAP/SUBCI/CGDF, com as seguintes recomendações ao referido Órgão:



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

RECOMENDAÇÕES

“1. Registrar todas as operações fumaça realizadas em formulário próprio, que contenham os seguintes dados: lugar, dia, horário, duração (tempo em horas ou minutos) da operação, identificação do veículo vistoriado (modelo, ano e placa), nome completo do condutor, número da carteira de habilitação do condutor e nome/matricula do agente de trânsito que realizou a vistoria, sob pena de responsabilização dos agentes envolvidos;

*2. Realizar o pagamento do **adicional de insalubridade** aos agentes que participam das “operações fumaça” somente mediante a apresentação do relatório detalhado acima;*

*3. Realizar o pagamento do **adicional** somente aos agentes em que sua participação se caracterizar como exposição habitual, ou seja, tempo de exposição igual ou superior à sua metade da jornada de trabalho mensal;*

*4. Providenciar a abertura de processo apuratório para responsabilização dos servidores que autorizaram o pagamento do **adicional de insalubridade** aos agentes de trânsito participantes das “operações fumaça”, na ausência de apresentação do relatório detalhado disposto na recomendação 1.” (destaques não constam).*

4. Por seu turno, o Sindicato dos Trabalhadores em Atividade de Trânsito, Policiamento e Fiscalização de Trânsito das Empresas e Autarquias do DF - SINDETRAN/DF ofereceu, nos presentes autos, “Representação - com teor de denúncia - cumulada com pedido cautelar em face da Controladoria Geral do Distrito Federal e do Departamento de Trânsito do Distrito Federal (Peça 103), alegando que, a rigor, tais “recomendações” teriam caráter imperativo, visto que não poderiam ser desconsideradas e, ademais, o Órgão havia determinado o cumprimento, “resultando na supressão dos pagamentos do adicional em questão aos servidores.”

5. De outra parte, o referido Sindicato ingressou com o Processo Judicial nº 2016.01.1.095566-2 (fl. 2450), no qual havia sido deferido “o pedido de antecipação de tutela para determinar a suspensão da eficácia das recomendações exaradas pela Nota Técnica 08/2016, **mantendo-se o pagamento de insalubridade, no percentual de 20%, para os agentes de trânsito que participam da denominada “operação fumaça”** até a prolação da decisão em sentido contrário.” (destaque não consta).

6. Pela Decisão nº 1.985/2017 (Peça 110), o Tribunal considerou (item III) parcialmente regulares os procedimentos adotados “... **para comprovação do direito aos Adicionais de Insalubridade e/ou de Periculosidade**, em razão de impropriedades específicas”, incluindo-se, em relação ao DETRAN, determinação (item IV): [...]; **m) ao DETRAN que mantenha o Tribunal informado sobre o andamento do Processo nº 2016.01.1.095566-2, em especial, sobre as decisões prolatadas, as providências delas decorrentes, bem como do deslinde do feito; n) à Secretaria de Orçamento, Planejamento e Gestão que apresente circunstanciadas justificativas para a não aquisição de equipamento de medição específico para análise dos compostos presentes nos gases emitidos por veículos automotores; [...].”**

7. Em nova assentada, pela Decisão nº 896/2018 (Peça 159), o Tribunal resolveu: (...) **II – considerar a diligência determinada pelo Item IV da Decisão 1985/2017: (...) b) parcialmente cumprida no que tange às suas alíneas “a”, “d”, segunda parte e “m”;** (...) **IV - determinar ao Detran que, no prazo de 90 (noventa) dias, considerando os termos de sentença de juíza de primeiro grau na ação nº 2016.01.1.095566-2 e sem a necessidade de esperar o seu trânsito em julgado, atenda na íntegra as recomendações da Nota Técnica nº 08/2016 - DIRFA/CONAP/SUBCI/CGDF, em especial a observância aos postulados do contraditório e da ampla defesa, alertando que qualquer mora injustificada neste procedimento poderá ensejar aos responsáveis multa e, eventualmente, corresponsabilidade na restituição do dano ao erário; [...].”** (destaques não constam).



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

8. Consoante nova Informação (Peça 189), o DETRAN/DF havia alegado “*não possuir competência legal para emissão de laudos periciais para fins de concessão de adicional de insalubridade*”, e que teria encaminhado os processos próprios à então SubSaúde-SEPLAG/DF, tendo esta Secretaria “*alegado inexistência de equipamentos adequados para a aferição requerida*”, pugnando por prorrogação de prazo. Argumentou, ainda, que “*os agentes de trânsito que laboram naquela autarquia fariam jus ao adicional de insalubridade, ao que defendeu que fossem consideradas cumpridas as recomendações constantes da Nota Técnica nº 8/2016- CGDF, pugnando pela necessidade de manutenção dos pagamentos até que os laudos individualizados fossem providenciados*”.

9. A par de tais informações, o Tribunal considerou não cumprida a diligência objeto do item IV da Decisão nº 896/2018, reiterando as medidas (nos moldes da Instrução, Peça 189, e do Parecer MPC/DF nº 38/2019-GP1P, Peça nº 192), e, em especial, em consonância com a análise mais aprofundada do nobre Relator, Conselheiro Marcio Michel (Peça 193), tendo a Corte de Contas proferido a Decisão nº 1.077/2019 (Peça 194), **in verbis**:

O Tribunal (...) decidiu: (...); IV - considerar não atendida pelo Departamento de Trânsito do Distrito Federal - DETRAN/DF a diligência de que trata o item IV da Decisão nº 896/2018; V - determinar para cumprimento no prazo de 90 (noventa) dias: (...); c) ao Detran que: c.1) o adicional de insalubridade com fundamento no Laudo Pericial nº 75/2003 decorrente das “operações fumaça” deve ser pago: c.1.1) somente aos servidores que participam das “operações fumaça”, não se estendendo a outros agentes envolvidos na blitz que realizam outras atividades de fiscalização, visto que não há previsão no laudo nesse sentido, não se admitindo a interpretação extensiva para abarcar no tópico “operações fumaça” do mencionado laudo outras atividades de fiscalização de trânsito não estabelecidas pelo perito, tais como: exposição a calor, a agentes químicos, a ruído sonoro excessivo, etc., porquanto se exige perícia específica realizada por profissional habilitado para a constatação da existência dessas atividades nocivas à saúde; c.1.2) quando caracterizada a exposição habitual, que é aquela em que o servidor se submete a circunstâncias ou condições insalubres por tempo igual ou superior à metade da jornada de trabalho mensal; c.2) o adicional de insalubridade não se integra à remuneração do servidor, porquanto possui natureza jurídica de vantagem pecuniária propter laborem, nos termos da Lei Complementar nº 840/2011, da doutrina e da jurisprudência, de maneira que, cessando o fato gerador que lhe dá causa, o adicional não pode mais ser percebido, devendo ser excluído da composição da remuneração do servidor; c.3) em face da natureza jurídica dessa rubrica (adicional de insalubridade) e ausente causa para sua percepção, o pagamento deve ser interrompido, prescindindo da deflagração de procedimento administrativo especial por se operar em decorrência da própria lei e de pleno direito em razão do simples desaparecimento do fato gerador do benefício; c.4) atenda as recomendações da Nota Técnica nº 08/2016 - DIRFA/CONAP/SUBCI/CGDF, conforme disposto na Decisão nº 896/2018; VI - alertar os dirigentes (...) de que o não atendimento das determinações do Tribunal, no prazo fixado, poderá ensejar a aplicação de multa aos responsáveis (...).

10. Mediante a Decisão nº 1.814/2019 (Peça 207), o Tribunal tomou conhecimento do Pedido de Reexame interposto pelo DETRAN/DF (Peça 202), “*conferindo efeito suspensivo ao item V, “c”, da referida deliberação*”, e do Recurso interposto pelo SINDETRAN/DF (Peça 203), “*contra o item V, “c”, da Decisão nº 1.077/2019 como Pedido de Reexame, conferindo-lhe efeito suspensivo; (...)*”, cujos méritos ora se examinam.

11. A Unidade Técnica destacou as Razões Recursais oferecida pelo DETRAN/DF, realçando, de plano, o Tópico de alegação: “**II.1.1 - DA IMPOSSIBILIDADE DE CUMPRIR A DECISÃO 1.077/2019 DO TCDF SEM DESCUMPRIR ORDEM JUDICIAL**”



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

12. Observou que, no mencionado Tópico, a Autarquia, a par de indicar que o TCDF “não teria levado em consideração as peculiaridades do caso concreto, em especial o fato de que há diversos servidores que já recebem o adicional de insalubridade há muitos anos, não podendo a Administração Pública cassar-lhes esse direito sem nenhuma mudança fática quanto à exposição ou não a agentes insalubres e sem a elaboração de novo Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho - LTCAT, em substituição ao vigente Laudo Pericial nº 75/2003”, e que “seria preciso observar o que foi decidido nos autos do processo judicial nº 2016.01.1.095566-2” a qual julgou “*PROCEDENTE EM PARTE o pedido do autor para declarar a ilegalidade do ato administrativo que suspendeu o pagamento do adicional de insalubridade aos seus substituídos, assegurando-lhes o pagamento do referido adicional até que eventual ato de suspensão seja proferido com atenção e respeito ao devido processo legal administrativo.*”

13. Observou, ainda, a alegação de que, “por se tratar de determinação judicial, seria impossível ao Detran/DF não atendê-la, ou seja, a Autarquia estaria impedida, por força de decisão judicial, de deixar de garantir o pagamento do adicional de insalubridade sem antes promover o devido processo legal administrativo, ou seja, sem antes abrir processo individualizado que garanta o contraditório e a ampla defesa aos interessados”, além da alegação de que o Corpo Técnico deste TCDF, com todas as vênias, teria se **excedido ao afirmar que**:

“Vê-se, portanto, que a Administração adotou parcialmente a recomendação da CGDF, deixando de adotar procedimento básico que qualquer operador primário do direito teria de adotar o que foi recomendado pela CGDF de processar previamente o contraditório e a ampla defesa. O procedimento atabalhado da Administração do Detran pode ser indício de que a suspensão sumária do pagamento dos adicionais foi proposital, de forma a vulnerar o erário na seara judicial, cuja consequência levaria, como levou, ao manejo de ação judicial pelos prejudicados contra a qual a defesa seria mal sucedida, resultando não somente no restabelecimento do pagamento, como também a criação de justificativa para não adoção de outro procedimento para cessar o pagamento”

14. Registrou que o DETRAN/DF, a despeito de admitir “que não seria o caso de discutir os casos de servidores que evidentemente não fazem jus ao adicional, como os que ocupam cargos de chefia e não realizam atividades nas ruas”, ponderou que, “Porém, se de um lado está o poder/dever da Autarquia de cortar o pagamento do adicional de insalubridade, por outro também deve ser considerado o fato de que muitos servidores recebem o adicional há muitos anos, com base no laudo nº 75/2003 e **haveria uma incapacidade do Estado, nesse momento, de fornecer laudos técnicos a todos servidores**”, realçando “a possibilidade da supressão do pagamento do adicional de insalubridade, mas desde que precedido do devido processo legal administrativo, com abertura para o contraditório e a ampla defesa”, reproduzindo julgado judicial nesse sentido (AgInt no REsp 1306697/MG, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 13/09/2016, DJe 22/09/2016).

15. Anotou que a Autarquia reconhece também que não se discute “que o adicional de insalubridade pode ser cortado sempre que não estiverem presentes os agentes insalubres” e que “o laudo técnico nº 75/2003 precisaria ser imediatamente revisto”, e sim, “como deixar de pagar o adicional de insalubridade a centenas de servidores que o recebe há anos, sem nenhuma mudança fática, sem elaboração de LTCAT, e, conseqüentemente, sem respeitar o devido processo administrativo, conforme a sentença proferida nos autos do processo judicial nº 2016.01.1.095566-2, que tramita no TJDF”, propondo, para resolver a questão, “duas medidas muito simples, sob a sua ótica”:

“a) que se aguarde o julgamento do recurso de apelação cível interposto no processo 2016.01.1.095566-2, que já se encontra com pedido de inclusão em pauta para julgamento, evitando que nova decisão deva ser tomada por esta Corte de Contas e que novos atos administrativos sejam realizados ou desfeitos pela Autarquia para observância da nova decisão judicial;



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

b) que a obrigação do DETRAN/DF de deixar de pagar o adicional de insalubridade aos seus agentes de trânsito se inicie com a elaboração de laudo técnico pericial (LTCAT) pela Administração Direta, que verifique se os servidores da Autarquia que já recebem o adicional de insalubridade devem deixar de recebê-lo.”

16. Em seguida, a Unidade Técnica condensou as demais Razões Recursais do DETRAN/DF no Tópico de alegação: **“II.1.2 -DA OBSERVÂNCIA DA NOTA TÉCNICA Nº 08/2016 - DIRFA/CONAP/SUBCI/CGDF - DA INVIABILIZAÇÃO DA ATIVIDADE FISCALIZATÓRIA DO DETRAN - DO CONTRADITÓRIO EM SENTIDO SUBSTANCIAL”**.

17. Verificou, no referido Tópico, a alegação de que, nos termos recomendados pela CGDF “na Nota Técnica nº 08/2016”, e objeto das deliberações da Corte de Contas, o fato **“inviabilizaria completamente a realização da ‘operação fumaça’, bem como significaria, na prática, que nenhum servidor faria jus a esse adicional previsto em lei”**, e que “seria impossível para o agente de trânsito, a cada autuação, apontar lugar, dia, horário, duração (tempo em horas ou minutos) da operação, identificação do veículo vistoriado (modelo, ano e placa), nome completo do condutor, número da carteira de habilitação do condutor e nome/matricula do agente de trânsito que realizou a vistoria”, anotando que “tal exigência dobraria ou triplicaria o tempo atual de fiscalização dos veículos”.

18. Consignou o entendimento da Autarquia de que a exigência seria desarrazoada e que “não teria condições de, com esse grau de detalhamento, verificar se os agentes de trânsito estão ou não fiscalizando os níveis de emissão de poluentes”, havendo que existir sim “um laudo técnico que aponte se os agentes de trânsito estão ou não submetidos a agentes insalubres em suas atividades diárias de fiscalização de trânsito, tanto nas fiscalizações comuns quanto durante operações específicas”, salientando que “o nome ‘operação fumaça’ é apenas para realçar a necessidade de, naquele dia específico, focar na fiscalização da emissão de poluentes. Contudo, essa fiscalização seria diária e ininterrupta, estando os agentes ou não atuando especificamente na chamada operação fumaça”, e que:

29. Diante desse cenário fático, **sustenta o Detran/DF que a declaração do superior hierárquico do servidor de que ele esteve submetido a agente insalubre**, devidamente identificado em LTCAT que será elaborado pela Administração, por período igual ou superior à metade da sua jornada de trabalho, **deveria ser considerada suficiente para dar segurança ao pagamento do benefício**. Isso porque a boa-fé seria presumida, enquanto a má-fé deveria ser provada.

30. Nesse ponto, assevera que não haveria complô dentro da Autarquia para que todos recebam o adicional de insalubridade, sendo essa ideia mera fantasia de mentes que desconfiam da honradez, seriedade e compromisso com a coisa pública. Defende que prevaleça, então, a presunção de veracidade, certeza e legitimidade dos atos administrativos, pois o rigor fiscalizatório não poderia impedir o bom exercício da atividade dos agentes de trânsito, bem como o direito ao recebimento do adicional de insalubridade.

31. Ademais, ressalta que o item IV da Decisão nº 896/2018 ordena que o Detran/DF deve assegurar o contraditório e a ampla defesa aos servidores. Ao que a Administração deve apresentar ao servidor público que já recebe o referido adicional Laudo específico demonstrando a ausência de exposição a agentes insalubres. Mas, até o momento a Administração direta não teria conseguido meios necessários para a elaboração dos laudos periciais.

19. Registrou que houve a citação pelo DETRAN/DF de entendimento doutrinário (traz à colação a lição de Fred Diddier Júnior), no sentido de que o contraditório não se efetiva com a simples participação ou oitiva da parte no processo, mas sim exige **“a participação com a possibilidade, conferida à parte, de influenciar no conteúdo da decisão”**.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

20. Apontou que a Autarquia, com suporte nesse entendimento, defendeu que, portanto, “até que a Administração Direta elabore o laudo pericial que comprove se o servidor está laborando ou não em condições insalubres, a própria abertura do contraditório e da ampla defesa pelo Detran/DF **seria uma mera falácia, pois não seria possível dar ao servidor a possibilidade de influenciar a decisão quanto ao seu direito ou não ao recebimento do adicional de insalubridade**”, pugnando, ao final, pelo provimento do Pedido de Reexame, formulando os seguintes pedidos:

a) que se aguarde o julgamento do recurso de apelação cível interposto no processo 2016.01.1.095566-2, que já se encontra com pedido de inclusão em pauta para julgamento, para depois se estabelecer as obrigações legais da Autarquia;

*b) que a obrigação do DETRAN/DF de deixar de pagar o adicional de insalubridade aos seus agentes de trânsito, dando-lhes o contraditório e a ampla defesa, **inicie-se com a elaboração de laudo técnico pericial pela Administração Direta, apto a verificar se os servidores da Autarquia fazem ou não jus ao recebimento do referido adicional;***

c) que se determine a revisão da Nota Técnica n° 08/2016-DIRFA/CONAP/SUBCI/CGDF, para que considere suficiente, para fins de recebimento do adicional de insalubridade, a manifestação do superior hierárquico do servidor de que ele esteve exposto ao agente insalubre identificado por meio de LTCAT, que ainda será elaborado pela Administração Direta, por período superior à metade da sua jornada de trabalho. Pelo princípio da eventualidade, caso não seja acolhido esse pedido, que a mencionada Nota Técnica seja revista para estabelecer parâmetros que não impeçam a atividade fiscalizatória.” (Grifamos)

21. Ato contínuo, apresentou as considerações do Sindicato da categoria (Tópico: “II.2 - SINDETRAN/DF”), dando conta, de início, que, em suas Razões Recursais, as irregularidades pontuais constatadas no Relatório de Auditoria “decorreriam de deficiências no acompanhamento das mudanças de condições ambientais de trabalho e na falta de atualização tempestiva dos Laudos Técnicos das Condições do Ambiente de Trabalho - LTCATs, gerando assim pagamentos indevidos, a teor do referido Relatório”, entendendo que, contudo, “a Decisão recorrida teria incorrido, com a devida vênia, em erro diante da interpretação da decisão judicial proferida nos autos do processo nº 2016.01.1.095566-2, bem como pelo fato de não existir análise técnica correta para apurar se as condições insalubres cessaram, de modo a amparar a supressão do adicional de insalubridade aos substituídos/representados”.

22. Trouxe à lume o entendimento do Sindicato no sentido de que o Adicional de Insalubridade seria um direito dos integrantes das carreiras de Policiamento e Fiscalização de Trânsito e Atividades de Trânsito, “haja vista a exposição aos diversos agentes nocivos a que estão submetidos tais servidores, em função das próprias atribuições dos mencionados cargos, que envolveriam fiscalização itinerante e intermitente”, e que “seria ilustrativo a denominada ‘operação fumaça’, que consistiria na abordagem de veículos a diesel para aferição de emissão de poluentes, realizada em vias de circulação pública e nos terminais rodoviários. No caso, as emissões de motores a diesel seriam compostas por gases, vapores e material particulado, dando ensejo ao recebimento do adicional em grau máximo de 20% (vinte por cento) sobre o vencimento”, além de que:

39. Ante o fato de que na Administração Pública distrital **não existiria equipamento específico que realize medições de agentes presentes na fumaça**, utiliza-se, para fins de análise do percentual atribuído aos servidores, o Laudo Pericial nº 75/2003, que recomenda a aplicação do grau máximo de insalubridade para agentes que participam da chamada operação fumaça, correspondente ao acréscimo de 20%, conforme dito.

40. Entretanto, por meio da Nota Técnica nº 08/2016-DIRFA/CONAP/SUBCI/CGDF, da Controladoria Geral do Distrito Federal, considerou-se que o referido laudo pericial



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

estaria desatualizado, recomendando-se *"a imediata suspensão do adicional de insalubridade aos agentes de trânsito que participam das 'operações fumaça', devido à ausência de Laudo Técnico individualizado para a sua concessão, bem como devido à ausência de comprovação de exposição habitual dos servidores nessas operações, atentando para ampla defesa e contraditório"*.

41. Argumenta, então, que a Decisão deste Tribunal exigindo o cumprimento das recomendações da CGDF, com a devida vênia, não poderá prevalecer da forma que está sendo determinado, sob pena de violação aos Princípios Constitucionais do Contraditório, Ampla Defesa, Segurança Jurídica e da Irredutibilidade de vencimentos, entre outros; e afrontaria, inclusive, o remansoso entendimento jurisprudencial, e, por conseguinte, a própria Ordem Jurídica.

23. Indicou considerações do Sindicado (quanto ao Tópico: **"II.2.1 - DA VIGÊNCIA DO LAUDO PERICIAL Nº 75/2003"**), acerca dos regramentos que envolvem a questão, **in verbis**:

42. Sustenta que a necessidade de elaboração de LTCAT se fundamentaria no comando do art. 3º do Decreto nº 32.547/2010, onde consta que a *"caracterização da atividade insalubre ou perigosa ou de radiação ionizante será definida por meio de perícia nos locais de trabalho e elaboração de laudos técnicos, observadas as competências e situações previamente estabelecidas em leis e regulamentos"*.

43. Por outro lado, com fulcro nas disposições do Decreto nº 34.023/2012, que trata sobre os procedimentos médicos periciais e de saúde ocupacional da Secretaria de Administração Pública do DF, **o Laudo Pericial nº 75/2003 teria vigência de 20 (vinte) anos**, portanto até 2023, veja-se:

"Art. 52. Os LTCATs deverão ser elaborados por intermédio de inspeções nos locais de trabalho para identificação e análises quantitativas e qualitativas dos fatores de riscos físicos, químicos e biológicos, contendo as descrições das atividades e dos locais de trabalho dos servidores.

(...)

§ 2º O LTCAT somente será renovado se houver alteração no ambiente, mudança de lotação ou de atividades. Não ocorrendo tais alterações, o LTCAT será renovado após 20 (vinte) anos."

44. Desse modo, a referida recomendação não teria observado o que dispõe o Decreto nº 34.023/2012, que aduz que os LTCATs somente serão renovados se houver alteração no ambiente, mudança de lotação ou de atividade. Não ocorrendo tais alterações, o laudo será renovado somente após 20 (vinte) anos.

45. Ressalta, na espécie, que o Laudo Pericial nº 75/2003 foi emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) - Núcleo de Segurança e Saúde do Trabalhador, ou seja, trata-se de laudo realizado por profissionais especialistas e competentes, que certamente não inseriram injustificadamente o percentual de 20% (vinte por cento) para aqueles agentes que trabalham com a operação fumaça.

46. Ademais, segundo a Norma Regulamentadora nº 15 do MTE, o adicional de insalubridade somente poderá ser cancelado POR MEIO DE AVALIAÇÃO PERICIAL PRÉVIA FEITA POR ÓRGÃO COMPETENTE, que seria a *"Secretaria de Saúde por meio da Gerência de Segurança"*, **in verbis**:

"15.4.1.2 A eliminação ou neutralização da insalubridade ficará caracterizada através de avaliação pericial por órgão competente, que comprove a inexistência de risco à saúde do trabalhador."

24. Destacou outro Tópico do Sindicado: **"II.2.2 - DA IMPOSSIBILIDADE DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DA NOTA TÉCNICA Nº 08/2016 -**



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

DIRFA/CONAP/SUBCI/CGDF PELO DETRAN/DF), consubstanciado nas informações do próprio DETRAN/DF, “em função de que a **Administração Pública não possuiria condições de realizar Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho - LTCAT individuais, tampouco coletivos, a fim de atualizar o Laudo Pericial nº 75/2003**, vigente até o momento, por falta de equipamentos necessários, de modo a atender as exigências previstas na Norma Regulamentadora nº 15 do MTE”, e que “seria possível extrair no corpo dos autos existência de divergência na interpretação da Nota Técnica nº 08/2016, uma vez que indevidamente entende-se ser devido o pagamento do adicional de insalubridade **apenas aos servidores que realizam a denominada ‘operação fumaça’**”, o que, no entender do Sindicato, feriria os preceitos constitucionais “da irredutibilidade de vencimentos; do contraditório e ampla defesa administrativa; da isonomia; e o direito previsto na legislação referente ao adicional”.

25. Verificou que a ênfase foi também no sentido de que os servidores “**estariam diariamente expostos a substâncias que ensejam o pagamento do adicional de insalubridade, seja pela operação fumaça ou demais atribuições inerentes ao cargo**”, e que, assim, “deveria ser acolhida a manifestação do Detran/DF para ter como cumprida a determinação objeto da Decisão nº 896/2018, diante da justificativa de que *‘para obedecer aos princípios legais do contraditório e da ampla defesa, imprescindível a necessidade de elaboração de laudos individuais antes de qualquer ação que venha a suspender o pagamento aos servidores que atualmente recebem o adicional com base no Laudo Técnico nº 75/2003, e/ou efetivar o pagamento do adicional de insalubridade aos servidores cuja exposição habitual a agentes nocivos seja confirmada pela análise individualizada’*, porquanto:

51. Ressalta que, no Memorando SEI-GDF nº 61/2018 - SEPLAG/SUBSAUDE/DISPSS/GST, a Gerência de Segurança do Trabalho manifesta-se pela ausência de condições para atendimento da demanda solicitada pelo Detran/DF para emissão de LTCAT individual, porque não possuiria os equipamentos de avaliação ambiental necessários.

52. Assim, o Sindicato alega que a situação pendente de solução resulta da mora administrativa na aquisição de equipamentos próprios, ao que a aplicação das recomendações da Nota Técnica nº 08/2016 da CGDF, exigida pela Decisão sob reexame, resultaria na supressão do pagamento do adicional de insalubridade aos servidores sem que fossem efetivamente aferidas suas condições laborais individualizadas.

26. Detalhou o contido no Tópico: “**II.2.3 - DA DECISÃO JUDICIAL (NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL ADMINISTRATIVO)**”, na linha perfilhada pelo próprio DETRAN/DF, no sentido de que Ação de Conhecimento de nº 2016.01.1.095566-2, que manejou, então pendente de julgamento definitivo, já havia afastado, em sede de antecipação e tutela, a aplicação daquela Nota Técnica (... ***mantendo-se o pagamento do adicional de insalubridade, no percentual de 20%, para os agentes de trânsito que participam da denominada “operação fumaça”, ATÉ PROLAÇÃO DE DECISÃO EM SENTIDO CONTRÁRIO***”, além de que a Autarquia interpôs, “em face da decisão antecipatória da tutela, agravo de instrumento - AGI nº 2016.00.2.047463-5, o qual teria sido indeferido”, conforme Ementa a seguir:

“PROCESSO CIVIL. DIREITO INTERTEMPORAL. RECURSO. REQUISITOS. MARCO. PUBLICAÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA. POSTERIOR À VIGÊNCIA DA LEI 13.105/15. REGÊNCIA PELO NOVO CPC. OBRIGAÇÃO DE FAZER. AGRAVO INTERNO. PREJUDICADO. PAGAMENTO. ADICIONAL. INSALUBRIDADE. IMPOSSIBILIDADE. EXAME. LEGALIDADE. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PAGAMENTO MANTIDO. Julgado o mérito do agravo de instrumento, resta prejudicado o agravo interno, cujas razões recursais tratam exatamente sobre a mesma matéria. Sem dúvida, e isso sem vincular a decisão de primeiro grau, os agentes de trânsito, com habitualidade ficam expostos aos gases tóxicos emitidos pelos veículos. A manutenção do referido adicional de insalubridade foi concedida após uma análise superficial, e, atenta aos princípios da irredutibilidade dos vencimentos, contraditório e ampla defesa, a manutenção dos pagamentos deve ser mantida. Inviável a análise, na via estreita do agravo de instrumento, da legalidade do pagamento do referido adicional, pois implicaria em supressão de instância. Tal análise somente poderá ser feita após a dilação probatória, COM ANÁLISE DO LAUDO PERICIAL e demais provas que sejam produzidas. Agravo interno prejudicado. Agravo de instrumento conhecido e



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

desprovido. (Acórdão n.1011999, 20160020474635AG1, Relator: MARIA DE LOURDES ABREU 3ª TURMA CÍVEL, Data de Julgamento: 19/04/2017, Publicado no DJE: 03/05/2017. Pág.: 281/291)"

27. Extraíu, do referido Tópico, a informação de que, na Sentença de mérito, de 1ª Instância, foi julgado **“procedente em parte** o pedido para declarar a ilegalidade do ato administrativo que suspendeu o pagamento do adicional de insalubridade aos substituídos da PARTE AUTORA, **assegurando-lhes o pagamento do referido adicional até que eventual ato de suspensão seja proferido com atenção e RESPEITO AO DEVIDO PROCESSO LEGAL ADMINISTRATIVO”**, aduzindo, assim, o Sindicato que **“SOMENTE poderia ocorrer a suspensão do pagamento dos citados adicionais com a confirmação de que as condições insalubres/periculosas não mais existiriam**, ou que não sejam mais habituais”, além de que “essa suspensão/supressão do pagamento deve ser precedida de LTCAT, uma vez que seria o meio técnico de averiguar se as condições insalubres/periculosas de determinado servidor foram alteradas ou não, e ainda se são ou não habituais”.

28. Verificou que o aludido Sindicato procurou rebater entendimento proferido no Voto do Nobre Conselheiro Relator, de que: *"em razão dessa característica de contingencialidade é que as vantagens pecuniárias propter laborem não se integram à remuneração do servidor, de sorte que, se ausentes as condições especiais que lhes davam suporte fático e jurídico, devem tais vantagens ser excluídas da composição da remuneração"*, posto que haveria contrariedade ao disposto no art. 2º do Decreto nº 34.023/2012, que estabelece que: *“§ 2º O LTCAT somente será renovado se houver alteração no ambiente, mudança de lotação ou de atividades. Não ocorrendo tais alterações, o LTCAT será renovado após 20 (vinte) anos.”*, aduzindo então o Sindicato que:

59. Assim, a simples recomendação de que a insalubridade seja suspensa ou somente paga quando preenchido um extenso formulário, poderia configurar ato arbitrário, e fugiria ao que determina a própria legislação de regência. Ainda, a exigência do agente no sentido de participar da operação fumaça por tempo de exposição igual ou superior à metade da sua jornada mensal de trabalho não seria condizente com a realidade. Isso porque a insalubridade seria inerente ao cargo, de modo que não seria apenas a dita operação fumaça que caracterizaria o recebimento do referido adicional, **conforme se infere do próprio laudo técnico, onde coexistem outras funções análogas com atribuições de exposição a agentes tóxicos**.

60. Noutra quadra, sustenta que não caberia ao Detran/DF acolher determinação do TCDF que pugna pela suspensão/supressão do pagamento do adicional de insalubridade sem a devida comprovação técnica de que as condições insalubres nas atividades desempenhadas pelos agentes de trânsito não mais subsistem, vez que seria latente a **violação aos preceitos constitucionais e, não obstante, ainda violaria flagrantemente decisão judicial válida até o momento, que expressamente determinou a observância do devido processo legal administrativo**.

61. Argumenta, ainda, que na ação judicial proposta por aquela Entidade Sindical, embora o juiz sentenciante tenha entendido não ser o caso de declaração de nulidade da Nota Técnica nº 08/2016 – DIRFA/CONAP/SUBCI/CGDF, **a decisão liminar deferida não teria sido revogada em sentença**, sendo mantido o entendimento pela SUSPENSÃO DA EFICÁCIA da referida Nota Técnica nº 08/2016.

62. Nessa direção, aponta então o art. 995 do Código de Processo Civil, que no seu entender embasaria a argumentação, *verbis*:

“Art. 995. Os recursos não impedem a eficácia da decisão, salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso.

Parágrafo único. A eficácia da decisão recorrida poderá ser suspensa por decisão do relator, se da imediata produção de seus efeitos houver risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, e ficar demonstrado a probabilidade de provimento do recurso.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

29. Mencionou (no Tópico: “**II.2.4 - DA NECESSIDADE DE LTCAT EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO**”) a alegação do Sindicato de que “a recomendação da CGDF no sentido suprimir direitos **advém de profissionais ilegítimos para tais conclusões**, sendo também depois imposta pelo TCDF. Assim, se a pretensão é suprimir o percentual pago aos servidores, então que sejam realizados laudos específicos e individualizados para cada agente, por especialista”, e pontuando que “a regulamentação para a concessão dos adicionais de insalubridade aos servidores civis da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal estaria prevista no Decreto nº 32.547/2010, sendo que seu art. 12 dispõe sobre a aplicabilidade das Normas Regulamentadoras aprovadas pelo Ministério do Trabalho, *in verbis*:

“Art. 12 Aplicam-se à concessão dos adicionais de que trata este Decreto, subsidiariamente, as normas regulamentadoras (NB) aprovadas pela Portaria nº 3.214, de 08 de julho de 1978, do Ministério do Trabalho.”

30. Mencionou, ainda, que, após realçar dispositivos da lei que criou os cargos de fiscalização de trânsito e, também, do Código de Trânsito, o Sindicato da categoria insistiu “em afirmar que o pagamento do adicional de insalubridade seria inerente ao próprio exercício das atribuições do cargo, nas atividades de fiscalização de trânsito e poder de polícia”, posto que, “além da chamada operação fumaça, haveria servidores que operam ainda na Operação Escolar, Operação Moto, Operação Produtos Perigosos, e Operação Carro de Som”, pleiteando, ao final:

a) Com fulcro nos artigos 117 e 119 do Regimento Interno dessa Corte de Contas, o deferimento da habilitação da parte interessada, ora peticionante, no feito;

b) O recebimento dos documentos anexados e das razões ora apresentadas, nos termos do § 3º do art. 119 do RITCDF;

c) No mérito, que sejam acolhidas "in totum" as razões do presente recurso, bem como, que seja reformada a Decisão nº 1.077/2019 nos termos acima expostos, notificando-se o DETRAN/DF para que se abstenha de atender ao contido na referida decisão, uma vez que a mesma conforme demonstrado encontra-se em desconformidade com a decisão liminar e sentença proferida na ação judicial nº 2016.01.1.0955662, vigentes até a presente data, as quais asseguraram aos servidores substituídos a garantia do devido processo legal administrativo, que além de englobar o direito constitucional assegurado ao Contraditório e da Ampla Defesa, no presente caso, que se trata de adicional de insalubridade, também engloba a observância da elaboração de LTCAT individual, para se atestar se as condições insalubres permanecem, mantendo-se o pagamento do adicional de insalubridade nos moldes do contido no Laudo Técnico 75/2003;

d) Seja facultado ao SINDICATO REPRESENTANTE a utilização de todos os meios de prova em direito admitidos, especialmente a prova documental anexa;

*e) Todas as intimações sejam feitas em nome da **sociedade de advogados RIEDEL, RESENDE E ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C**, sociedade inscrita no CNPJ 03.635.901/0001-48 e registrado no Conselho Seccional da OAB/DF sob o N° 058/82-R.S.*

31. Em sua análise de mérito, a Unidade Técnica registrou que, **prima facie**, em síntese, as Razões Recursais dos Recorrentes consistem em dois argumentos principais: de um lado, sustentam que os servidores integrantes das carreiras de Policiamento e Fiscalização de Trânsito e Atividades de Trânsito “*estariam rotineiramente expostos a atividades insalubres*”, em especial, pela participação nas chamadas operações fumaça, sendo-lhes “*assegurado o direito ao recebimento do adicional de insalubridade em seu grau máximo (20%)*”; doutro lado, alegam “*mora da Administração em providenciar laudos periciais individualizados, em substituição ao Laudo Pericial nº 75/2003 (do pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE), o que impediria a suspensão do pagamento de tal adicional aos hoje beneficiários*”.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

32. Ressaltou, que não se trata de questão nova no TCDF e tampouco no DETRAN/DF, posto que “data de pelo menos o exercício de 2009 os primeiros questionamentos desta Corte de Contas envolvendo a utilização, de forma indiscriminada, do Laudo Pericial nº 75/2003 para embasar o pagamento do adicional de insalubridade aos servidores das carreiras de fiscalização e de atividades de trânsito daquela Autarquia”, destacando “a percuente análise empreendida no Voto condutor da Decisão recorrida, quando da verificação de cumprimento da diligência objeto da Decisão nº 896/2018” (Peça nº 193), cujo excerto apresentou a seguir, **in verbis**:

“Preliminarmente, ressalto que esse ponto específico da matéria em análise não é novo no Tribunal, havendo determinações ao Detran/DF para que regularize a individualização dos adicionais de insalubridade desde o ano de 2011, conforme demonstram as seguintes decisões:

- Auditoria de Regularidade - Processo nº 14758/2009:

- Decisão nº 2017/2011: “II – reiterar ao DETRAN-DF, a necessidade de manter o controle individualizado das concessões dos adicionais de insalubridade e periculosidade, especialmente as questões registradas nas letras “d” e “e” do parágrafo 6º da instrução, ressaltando que a implementação do mencionado controle será objeto de verificação em futura auditoria”;

- Auditoria de Regularidade - Processo nº 12195/2014:

- Decisão nº 6272/2014: “VI – determinar ao Detran/DF que continue envidando esforços para a regularização de todas as situações que demandem a individualização das concessões dos adicionais de insalubridade e periculosidade, nos termos do item II da Decisão nº 2.017/11, dando ciência ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, das providências adotadas”;

- Decisão nº 3421/2015: “VI – determinar ao DETRAN/DF que continue envidando esforços para a regularização de todas as situações que demandem a individualização das concessões dos adicionais de insalubridade e periculosidade, nos termos do item II da Decisão nº 2.017/11, dando ciência ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, das providências adotadas”;

[...].

Não obstante as determinações desta e. Corte de Contas, passados quase 8 (oito) anos desde a primeira decisão, o Detran/DF solicita, nesta oportunidade, a prorrogação do prazo estipulado na Decisão nº 896/2018, cujo cumprimento ora se examina.

Além das mencionadas determinações expedidas por esta e. Corte, acrescente-se, ainda a recomendação da Controladoria-Geral do DF para que o Detran/DF providenciasse a regularização da concessão dos adicionais de insalubridade, consoante consta da Nota Técnica nº 8/2016-DIRFA/CONAP/SUBCI/CGDF, emitida em 8.8.2016 (fls. 2383/2388), que este Tribunal houve por bem exigir seu cumprimento na Decisão nº 896/2018.

Outrossim, a Controladoria-Geral do DF na Nota Técnica nº 13/2016-DIRFA/CONAP/SUBCI/CGDF, encaminhada pelo Ofício nº 1158/2016- GAB/CGDF (fls. 2448/2449), reitera que 97% (noventa e sete por cento) dos agentes de trânsito, inclusive os ocupantes de cargo de chefia e os agentes que trabalham em operações aéreas, recebem adicional de insalubridade com percentual de grau máximo (20% sobre o vencimento), com base na realização das “operações fumaça”, que não é a principal atividade executada pelo Detran/DF, baseando-se a concessão em laudo técnico desatualizado (Laudo Padrão nº 75/2003).

Ademais, registro que consta dos autos informações acerca de ação judicial proposta pelo Sindicato dos Servidores do Detran do DF - SINDETRAN em busca de provimento judicial para condenação do Detran/DF no sentido de reconhecer os direitos dos substituídos a adicional de insalubridade.

Em razão dessa ação, o Juízo da Primeira Vara da Fazenda Pública do TJDF, ao apreciar o mérito do Processo nº 2016.01.1.095566-2, considerou que:

(i) não há que se admitir o pagamento de adicional de insalubridade a quem não esteja habitualmente e em caráter permanente submetido a agente nocivo à saúde, em decorrência das atividades que desempenha;

(ii) **para a fiel adequação do Laudo Técnico 75/2003 à norma de regência, é preciso constatar quem são os servidores que efetivamente participam com habitualidade e permanência das chamadas “operações fumaça” e somente a esses será deferido o pagamento indenizatório correspondente;**

(iii) a recomendação da CGDF é clara em exigir que se atenda aos direitos individuais e ao contraditório e à ampla defesa. Não obstante o Detran/DF deixou de atender a recomendação no que diz respeito à essência do que dela se extrai, que é a necessidade de elaboração de laudos individuais, e suspendeu o pagamento a todos os servidores;

(iv) **é urgente que o Detran/DF promova o devido processo administrativo para suspender o pagamento dos adicionais ou acolha a recomendação constante da Nota Técnica 8/2016 – DIRFA/CONAP/SUBCI/CGDF e realize os laudos individuais para, então, efetivar os pagamentos somente se restar confirmada a exposição habitual do servidor aos agentes nocivos.**

[...].

Nessa esteira, após apresentar os trechos do laudo utilizado como fundamento jurídico para a concessão de adicional de insalubridade aos agentes de trânsito que participam das “operações



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL TERCEIRA PROCURADORIA

fumaça", impõe-se como condição necessária para a elucidação da questão o exame de dois pontos:

- (1º) requisitos exigidos para a concessão do adicional de insalubridade; e
- (2º) possibilidade de suspensão do adicional de insalubridade.

Em relação ao primeiro ponto, destaco que a concessão de adicional de insalubridade exige que ^{2 e 3} :

- (i) **a atividade seja exercida com habitualidade;**
- (ii) **a atividade nociva seja constatada via perícia por profissional habilitado (médico ou engenheiro do trabalho);**
- (iii) **a atividade insalubre esteja classificada na relação oficial elaborada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); e**
- (iv) **o agente nocivo à saúde esteja incluído na relação oficial do MTE.**

2 Parecer nº 1115/2016 – PRCON/PGDF:

Ementa: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. TRABALHO. SERVIDOR PÚBLICO. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO.

1. *A concessão de adicional de insalubridade exige que (i) a atividade seja exercida com habitualidade, (ii) a atividade nociva seja constatada via perícia por profissional habilitado, (iii) a atividade insalubre esteja classificada na relação oficial elaborada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, e (iv) o agente nocivo à saúde esteja incluído na relação oficial MTE;*

2. *O servidor interessado faz jus ao recebimento do adicional de insalubridade, nos termos do art. 79 da Lei Complementar nº 840/11, pois presente nos autos laudo Técnico que comprova a realização de atividades e a presença agentes nocivos constantes na relação oficial elaborada pelo MTE, prevista na Norma Regulamentadora nº 15, Anexo nº 14;*

3. *Caso haja modificação na situação funcional do servidor que enseje a eliminação da insalubridade, a percepção do adicional deve ser imediatamente cessada, vez que está condicionada ao desempenho de atividades e/ou operações em ambientes insalubres, em contato com agentes nocivos, sendo devido apenas enquanto perdurar essa situação.*

(Grifei)

3 Súmula nº 448 do Tribunal Superior do Trabalho (TST):

ATIVIDADE INSALUBRE. CARACTERIZAÇÃO. PREVISÃO NA NORMA REGULAMENTADORA Nº 15 DA PORTARIA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO Nº 3.214/78. INSTALAÇÕES SANITÁRIAS. (Conversão da Orientação Jurisprudencial nº 4 da SBDI-1 com nova redação do item II) – Res. 194/2014, DEJT divulgado em 21, 22 e 23.05.2014.

Dentre os requisitos arrolados, cabe destacar para análise mais acurada, no que importa para os presentes autos, a exigência de a atividade ser exercida com habitualidade.

Impende registrar que a Lei Complementar nº 840/2011, ao tratar da concessão de adicional de insalubridade, faz referência a trabalho com habitualidade em locais insalubres ou a contato permanente com substâncias tóxicas.

4 Lei Complementar nº 840/2011:

Art. 79. *O servidor que trabalha com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas ou com risco de vida faz jus a um adicional de insalubridade ou de periculosidade.*

§ 1º *O servidor que fizer jus aos adicionais de insalubridade e de periculosidade tem de optar por um deles.*

§ 2º *O direito ao adicional de insalubridade ou periculosidade cessa com a eliminação das condições ou dos riscos que deram causa a sua concessão.*

[...].

Outrossim, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDFT tem decidido que, se não comprovado o trabalho habitual em atividade insalubre, o pagamento do adicional é indevido, consoante demonstram as ementas dos seguintes julgados:

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. HABITUALIDADE. AUSÊNCIA DE PROVA. Não comprovado o trabalho habitual em atividade insalubre, é indevido o pagamento do adicional de insalubridade, previsto na LC/DF 840/11, art. 79.

(Acórdão n.1120416, 20180110166678APC, Relator: FERNANDO HABIBE 4ª TURMA CÍVEL, Data de Julgamento: 29/08/2018, Publicado no DJE: 31/08/2018. Pág.: 372/379)

APELAÇÃO. AGRAVO RETIDO. INDEFERIMENTO DE PROVA PERICIAL. IMPROVIDO. INSALUBRIDADE. AGENTE DE TRÂNSITO. ATIVIDADE ADMINISTRATIVA. LAUDO TÉCNICO CONTEMPORÂNEO AO PERÍODO TRABALHADO. INEXISTENTE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ARTIGO 20, § 4º, CPC. APRECIACÃO EQUITATIVA DO JUIZ. MINORAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

1. O juiz é o destinatário da prova, e, segundo o artigo 131 do Código de Processo Civil, a ele cabe zelar pela efetividade do processo, indeferindo as provas inúteis ou meramente protelatórias, que somente se prestariam a atrasar o andamento da ação. Desse modo, se o julgador reputar suficientes as provas produzidas no feito para a formação de seu convencimento, e restando evidenciado que a dilação probatória pretendida pelas partes se mostra desnecessária para a solução do caso concreto, deve aquele proferir sentença em julgamento antecipado da lide, nos termos do artigo 330, inciso I, do Código de Processo Civil.

2. O adicional de insalubridade é devido àqueles servidores que exercem atividade, com habitualidade, em ambiente considerado insalubre. O órgão responsável deve emitir o respectivo laudo técnico contemporâneo ao período trabalhado, a fim de comprovar a real condição de trabalho desempenhada pelos servidores.

3. Não basta a simples alegação de que exercia o trabalho exposta a agentes tóxicos (fumaça de escapamento) e ruídos, devendo comprovar que atuava, permanentemente, em condições insalubres.

4. Os honorários advocatícios fixados conforme o artigo 20, § 4º do CPC, são arbitrados consoante apreciação equitativa do juiz.

No presente caso, o valor não restou desproporcional ou abusivo, devendo ser mantido.

5. Agravo retido conhecido e não provido. Apelo conhecido e não provido.

(Acórdão n. 911550, 20120111627502APC, Relator: ANA CANTARINO, Revisor: FLAVIO ROSTIROLA, 3ª TURMA CÍVEL, Data de Julgamento: 09/12/2015, Publicado no DJE: 18/12/2015. Pág.: Sem Página Cadastrada.)

Diante dessas considerações, constato que a recomendação contida na Nota Técnica nº 8/2016- DIRFA/CONAP/SUBCI/CGDF emitida pela Controladoria-Geral do DF (fls. 2383/2388), que este Tribunal houve por bem exigir o cumprimento por meio da Decisão nº 896/2018, no sentido de que o Detran/DF deve "Realizar o pagamento do adicional somente aos agentes em que sua participação se caracterizar como exposição habitual, ou seja, tempo de exposição igual ou superior à sua metade da jornada de trabalho mensal", conforma-se ao princípio da juridicidade, vale dizer, subsume-se não apenas à lei, mas também ao Direito, compreendendo todo o ordenamento jurídico.

Por conseguinte, o adicional de insalubridade referente à participação em "operações fumaça" com base no Laudo Pericial nº 75/2003 somente deve ser pago pelo Detran/DF aos agentes de trânsito quando caracterizada a exposição habitual, que é aquela em que o servidor se submete a circunstâncias ou condições insalubres por tempo igual ou superior à metade da jornada de trabalho mensal.

[...].

Com efeito, a regra geral é que gratificações condicionais ou modais não se incorporam à remuneração do servidor, em decorrência, cessando o trabalho ou desaparecendo o fato ou a situação que lhes dá causa, deve-se interromper o pagamento de tais vantagens.

[...]."

33. A Unidade Técnica apontou que a questão reside na utilização do Laudo Pericial nº 75/2003 (do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE), "de forma indiscriminada pelos servidores do Detran/DF, para amparar o suposto direito ao recebimento de adicional de insalubridade em seu grau máximo (20%), ao argumento de que participariam todos envolvidos nas chamadas operações fumaça, quando o mais adequado a essa finalidade seria a elaboração de laudos individuais para caracterização tanto do direito ao recebimento do adicional, quanto do percentual aplicável, nos termos da legislação regente", especificamente, "no Decreto distrital nº 32.547/2010, na Lei Complementar distrital nº Lei 840/2011 e ainda no Decreto local nº 34.023/2012, conforme resumido a seguir", **in verbis**:

Decreto nº 32.547/2010:

"Art. 1º Os servidores civis da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal que trabalhem habitualmente em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias radioativas perceberão adicionais de insalubridade ou de periculosidade ou de radiação ionizante, nos termos dos artigos 68 a 72 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, regulamentados pelo artigo 12 da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991.

Art. 2º Os adicionais de insalubridade, de periculosidade e de radiação ionizante serão calculados com base nos seguintes percentuais:

I - cinco, dez e vinte por cento, no caso de insalubridade ou de radiação ionizante nos **graus mínimo, médio e máximo**, respectivamente;

[...].



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL TERCEIRA PROCURADORIA

Art. 3º A caracterização da atividade insalubre ou perigosa ou de radiação ionizante **será definida por meio de perícia nos locais de trabalho e elaboração de laudos técnicos**, observadas as competências e situações previamente estabelecidas em leis e regulamentos.

§ 1º O direito ao adicional de insalubridade, periculosidade ou radiação ionizante **cessa com a eliminação das condições ou dos riscos que deram causa à sua concessão**.

[...].

Art. 10 **Caberá à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal**, subsidiada pelo Conselho de Saúde e Segurança do Trabalho, expedir as normas complementares ao presente Decreto.

Art. 11 **Caberá às unidades de gestão de pessoas de cada órgão ou entidade da Administração Pública do Distrito Federal acompanhar de forma permanente a concessão e manutenção dos adicionais de que trata este Decreto.**

Parágrafo único. **A mudança de atividades e/ou mudança de lotação do servidor implicará o imediato cancelamento, pela unidade de gestão de pessoas, da concessão do adicional ou gratificação de que trata este Decreto.**

Art. 12 Aplicam-se à concessão dos adicionais de que trata este Decreto, subsidiariamente, as normas regulamentadoras (NR) aprovadas pela Portaria nº 3.214, de 08 de julho de 1978, do Ministério do Trabalho."

Lei Complementar nº 840/2011:

"Art. 79. O servidor que trabalha **com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas**, radioativas ou com risco de vida faz jus a um adicional de insalubridade ou de periculosidade.

§ 1º O servidor que fizer jus aos adicionais de insalubridade e de periculosidade tem de optar por um deles.

§ 2º O direito ao adicional de insalubridade ou periculosidade **cessa com a eliminação das condições ou dos riscos que deram causa a sua concessão**.

Art. 80. **Deve haver permanente controle da atividade de servidores em operações ou locais considerados insalubres ou perigosos.**

Parágrafo único. A servidora gestante ou lactante, enquanto durar a gestação e a lactação, deve exercer suas atividades em local salubre e em serviço não perigoso.

Art. 81. Na concessão dos adicionais de insalubridade ou de periculosidade, **devem ser observadas as situações estabelecidas em legislação específica**.

[...].

Art. 83. O adicional de insalubridade ou de periculosidade **é devido nos termos das normas legais e regulamentares pertinentes aos trabalhadores em geral**, observados os percentuais seguintes, incidentes sobre o vencimento básico:

I – **cinco, dez ou vinte por cento**, no caso de insalubridade nos graus mínimo, médio ou máximo, respectivamente;

[...]."

Decreto nº 34.023/2012:

"Art. 50. As Unidades de Saúde Ocupacional realizarão, sempre que necessário, **ou conforme solicitação do Setor de Gestão de Pessoas, a elaboração do Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT** para constatação de condições insalubres e/ou perigosas relacionadas às atividades ou ambientes de trabalho dos servidores, conforme lei específica.

Parágrafo único. Para prevenção dos riscos ocupacionais, os órgãos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal deverão possuir o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA.

Art. 51. **O Setor de Gestão de Pessoas do órgão ficará responsável pela atualização permanente dos servidores que fazem jus ao adicional de insalubridade ou periculosidade no respectivo módulo do SIGRH**, ou outro que o substitua, ou equivalente, conforme movimentação de pessoal, **sendo, também, de sua responsabilidade, proceder à suspensão do pagamento, mediante comunicação oficial ao servidor interessado.**

Art. 52. Os LTCATs deverão ser elaborados por intermédio de inspeções nos locais de trabalho para identificação e análises quantitativas e qualitativas dos fatores de riscos físicos, químicos e biológicos, contendo as descrições das atividades e dos locais de trabalho dos servidores.

§ 1º Os riscos físicos, químicos, biológicos, das atividades e operações perigosas e do local de trabalho do servidor poderão ser descritos no levantamento técnico, por Profissional de Segurança do Trabalho com curso e registro no respectivo órgão de classe, e o enquadramento técnico legal dos referidos adicionais deverão ser definidos, obrigatoriamente, por Médico do Trabalho, Engenheiro em Segurança do Trabalho, ou Gestor de Saúde e Segurança do Trabalho,



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL TERCEIRA PROCURADORIA

que possuam habilitação técnica e que integrem o Quadro de Pessoal do Distrito Federal, e sejam lotados nas Unidades de Saúde Ocupacional ou nas Unidades de Segurança do Trabalho.

§ 2º O LTCAT somente será renovado se houver alteração no ambiente, mudança de lotação ou de atividades. **Não ocorrendo tais alterações, o LTCAT será renovado após 20 (vinte) anos.**

§ 3º O servidor poderá solicitar, a qualquer momento, a verificação das condições de trabalho para fins de concessão dos adicionais, para eliminação dos riscos ou para interdição de setor ou equipamento que possa causar danos iminentes, por intermédio de formulário próprio.

§ 4º **A solicitação deverá ser feita através de processos individualizados. Em casos excepcionais, à critério da Unidade de Saúde Ocupacional, conforme as questões técnicas-científicas-legais, os LTCATs poderão ser realizados coletivamente,** atendendo à lisura do processo de elaboração técnica e agilidade de conclusão do trabalho.

[...]."

Art. 54. O pagamento dos adicionais será suspenso quando cessar o risco ou o servidor for afastado do local ou atividade que deu origem à concessão.

34. Salientou que "tanto a Decisão recorrida quanto a própria Nota Técnica nº 08/2016 da CGDF encontram amparo na legislação de regência, em especial a **possibilidade de suspensão do pagamento** do adicional de insalubridade quando ausentes as condições que deram causa à concessão, donde surge a necessidade premente de elaboração de novos laudos, para justificar o recebimento do adicional em seu grau máximo, especialmente por parte de servidores que não atuem nas denominadas operações fumaça", não olvidando que o próprio DETRAN/DF "concorda que os termos do Laudo nº 75/2003 necessitam de atualização", em que pese tenha defendido "a manutenção dos pagamentos aos hoje beneficiários até que sejam elaborados laudos **individualizados**".

35. Ressaltou que "a matéria agora (na verdade desde 2016) também se submete às diretrizes impostas pela instância judicial, em face da Ação de Conhecimento (Processo nº 2016.01.1.095566-2) proposta pelo Sindetran/DF, em razão da suspensão dos pagamentos do adicional de insalubridade promovida por ato do Detran/DF, sem que tenha atentado para a necessidade de abrir oportunidade para o contraditório daqueles que seriam atingidos pela medida". Transcreveu "excertos tanto da decisão antecipatória dos efeitos da tutela pleiteada, quanto da Sentença que também já foi proferida pelo Juízo da 1ª Vara de Fazenda Pública do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDF, versadas nos seguintes termos:

(Processo/TJDF nº 2016.01.1.095566-2):

ANTECIPAÇÃO TUTELA

"[...].

Alega, em síntese, os sindicalizados substituídos são servidores lotados no DETRAN/DF e que dentre os seus direitos se encontra o recebimento do pagamento do adicional de insalubridade.

O laudo pericial 75/2003 recomenda a aplicação do grau máximo de insalubridade para agentes que participam da denominada "operação fumaça".

A Nota Técnica 08/2016 - DIRFA/CONAP/SUBCI/CGDF da Controladoria Geral do Distrito Federal considerou que referido laudo estaria desatualizado.

Postula, assim, a concessão de tutela de urgência para determinar a suspensão da eficácia das recomendações exaradas pela Nota Técnica 08/2016, mantendo-se o pagamento do percentual de 20% para os agentes de trânsito até o deslinde do feito.

DECIDO

Segundo o art. 300 do Código de Processo Civil, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

[...].

Por seu turno, o art. 80 do Estatuto do Servidores Públicos do Distrito Federal que "deve haver permanente controle da atividade de servidores em operações ou locais considerados insalubres ou perigosos", vislumbrando-se, assim, a possibilidade de revisão do ato de concessão de adicional pela autoridade administrativa.

Tal revisão deve, contudo, observar os preceitos básicos do ordenamento jurídico, não sendo viável a suspensão de vantagem regularmente concedida, sob a simples alegação, ou seja, sem a produção de novos testes técnicos, de que laudo pericial n. 75/2003 está defasado.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

É arbitrária a determinação de suspensão do adicional sem a abertura de processo administrativo, com a produção de testes periciais para controle dos níveis de insalubridade a que estão submetidos os substituídos do autor.

[...]. Em vista do exposto, DEFIRO o pedido de antecipação de tutela para determinar a suspensão da eficácia das recomendações exaradas pela Nota Técnica 08/2016, mantendo-se o pagamento de insalubridade, no percentual de 20%, para os agentes de trânsito que participam da denominada "operação fumaça" até a prolação de decisão em sentido contrário.

[...]."

SENTENÇA

"[...].

No mérito, pede a confirmação do pedido de tutela de urgência.

[...].

É certo que a Administração Pública tem o dever-poder de controlar os seus atos; contudo, quando por esse poder de controle houver ofensa aos direitos de terceiros, deve oportunizar as garantias ao contraditório e à ampla defesa.

É urgente que o requerido promova o devido processo administrativo para suspender o pagamento dos adicionais, considerando as alegações inovadas na petição de fls. 168/170 ou acolha a recomendação constante da Nota Técnica n. 8/2016 - DIRFA/CONAP/SUBCI/CGDF e realize os laudos individuais para, então, efetivar os pagamentos somente àqueles cuja exposição habitual aos agentes nocivos reste confirmada.

A questão é que a suspensão, no caso, não atendeu aos princípios que salvaguardam as situações consolidadas pela própria Administração Pública em favor dos seus servidores, já que não foram observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, prévios ou posteriores à decisão que suspendeu o pagamento do adicional indiscriminadamente.

Nesse contexto, o caso é de acolher em parte o pedido do autor, para afastar o ato administrativo que suspendeu o pagamento do adicional de insalubridade aos seus substituídos; assegurando que o ato de suspensão do referido pagamento seja precedido do devido processo legal administrativo nos termos recomendados.

Ante o exposto, julgo PROCEDENTE EM PARTE o pedido do autor para declarar a ilegalidade do ato administrativo que suspendeu o pagamento do adicional de insalubridade aos seus substituídos, assegurando-lhes o pagamento do referido adicional até que eventual ato de suspensão seja proferido com atenção e respeito ao devido processo legal administrativo. Não é o caso, contudo, de declaração de nulidade da Nota Técnica n. 8/2016 - DIRFA/CONAP/SUBCI/CGDF.

[...]."

(Grifamos)

36. Ressaltou, ainda, que, pela cautelar, “houve suspensão da eficácia das recomendações exaradas pela Nota Técnica nº 08/2016 e assegurou-se a manutenção dos pagamentos àqueles agentes que participam da denominada operação fumaça, até a prolação de decisão em sentido contrário”, declarando-se, na Sentença, “a ilegalidade do ato de suspensão dos pagamentos imposta pelo Detran/DF, assegurando-se também o pagamento do adicional até que eventual ato de suspensão seja proferido com respeito ao devido processo legal administrativo”, firmando-se, expressamente, “que não era o caso de declaração de nulidade da Nota Técnica nº 08/2016”, a qual continua válida.

37. Registrou que, a despeito de não ter havido o trânsito em julgado, “não é o caso de se concordar com um dos pedidos declinados pelo Detran/DF no presente recurso de reexame, no sentido de ‘que se aguarde o julgamento da apelação cível’ para depois decidir quanto às obrigações daquela Autarquia”, bastando, no caso, “que se respeite o devido processo legal, consoante termos da própria Sentença. Ponderou que, de outra parte, uma das alegações do Sindicato merece guarida. Teceu as seguintes considerações a respeito:

80. Por outro lado, vê-se plausibilidade na alegação do recorrente, Sindetran/DF, no sentido de que estaria evidenciada a impossibilidade de fazer cumprir, neste momento, as recomendações da Nota Técnica nº 08/2016 CGDF, exigido pela Decisão recorrida. Isso porque a Cautelar que antecipou os efeitos da tutela ainda se encontraria vigente, no entender do recorrente, a teor do art. 995 do Código de Processo Civil - CPC¹².

¹² **CPC:**



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL TERCEIRA PROCURADORIA

"Art. 995. Os recursos não impedem a eficácia da decisão, salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso.

Parágrafo único. A eficácia da decisão recorrida poderá ser suspensa por decisão do relator, se da imediata produção de seus efeitos houver risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, e ficar demonstrada a probabilidade de provimento do recurso."

81. Nesse particular, a instrução se inclina a concordar com o Sindetran/DF, no sentido de que a decisão liminar proferida pelo Juízo *a quo* não teria sido ainda revogada, mas sob outro fundamento que não o art. 995 do CPC, explica-se. *In casu*, tem-se que a sentença prolatada foi impugnada por recursos (de Apelação) tanto por parte do Detran/DF, quanto pelo Distrito Federal, este representado pela sua Procuradoria-Geral (PGDF).

82. Ocorre que, em sede de **preliminar**, o próprio ente Distrito Federal, por meio de sua Procuradoria, alegou **ilegitimidade passiva** para figurar naquele Processo, ao argumento de que o Detran/DF, Autarquia com personalidade jurídica própria, e gozando de autonomia administrativa e financeira, seria quem deteria tal legitimidade. Referida preliminar foi acolhida por aquele Juízo, sendo extinto o processo em relação (tão-somente) ao Distrito Federal. Por essa razão, deixou-se de conhecer da apelação apresentada pelo Distrito Federal naquela ação.

83. Por sua vez, o recurso de apelação que fora interposto pelo Detran/DF, dessa feita por inapetência do seu órgão representativo, deu-se de forma **intempestiva**. Com isso, ambos recursos deixaram de ser conhecidos pelo Tribunal, cada qual por sua razão. Fato esse que já teria levado a ação a transitar em julgado naquela oportunidade, mas não foi esse o resultado.

84. Diante da situação, a Exma. Sra. Relatora da Apelação na 3ª Turma Cível do TJDF, Desembargadora Maria de Lourdes Abreu, entendeu que seria aplicável o recebimento do feito no Tribunal *ad quem* como sendo o caso de **Reexame Necessário**, em vez de Apelação Cível, com fulcro no art. 496, inciso I, do mesmo CPC, que assim dispõe, *in verbis*:

*Art. 496. Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, **não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença:***

*I - proferida contra a União, os Estados, **o Distrito Federal**, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público;*

[...]."

(Grifamos)

85. Em consequência, tendo em conta que a Sentença prolatada ainda não está surtindo seus jurídicos efeitos¹³, tampouco constou nela revogação explícita da tutela provisória que fora deferida na fase anterior do procedimento judicial, então pode haver mesmo discussão quanto à retomada de eficácia das recomendações exaradas pela Nota Técnica nº 08/2016 até que a sentença seja confirmada pelo Tribunal. Fosse o caso de Apelação, em vez da Remessa Necessária, então teria havido espaço para a Relatoria dizer dos efeitos do recurso, mas não se trata de fase recursal.

¹³ Nesse sentido, apresentam-se os termos de decisão no Processo eletrônico correspondente (de nº 0034137-26.2016.8.07.0018), de 06.09.2019, *in litteris*:

"DECISÃO

Vistos.

Ciente da petição de ID 9468977.

Nesse momento processual, a análise da medida pretendida deve se limitar ao cumprimento do disposto na sentença. Entretanto, tendo em vista que a presente remessa necessária só produzirá efeitos depois de confirmada pelo Tribunal, a eficácia da sentença encontra-se suspensa por força do artigo 496 do Código de Processo Civil,

Ademais, o feito já se encontrava em pauta para julgamento quando atravessaram a petição de ID 9468977, motivo pelo qual analisar os pedidos seria adentrar ao mérito antes do julgamento.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

Ante o exposto, **INDEFIRO** os pedidos formulados pelo SINDETRAN na petição de ID 9468977.

À Secretaria da terceira turma para que atenda aos comandos do despacho de ID 9468969.

Após, devolva-se o feito para inclusão em pauta.

Publique-se.

Intime-se.”

86. De qualquer modo, sem fechar questão quanto a assistir razão, ou não, ao recorrente nesse ponto, observa-se que parte das recomendações presentes naquela Nota Técnica restou prejudicada em razão da judicialização do caso. Nesse particular, veja-se que, **desde 2016**, os pagamentos do adicional de insalubridade de 20% aos agentes de trânsito vêm sendo feitos com base em decisão judicial, impactando diretamente a recomendação para abertura de processo próprio para responsabilização de quem autorizou o pagamento do adicional em desacordo com a lei.

87. Até espera-se que essa apuração ocorra. Porém, entende-se que tal avaliação pode ser melhor empreendida na continuidade do acompanhamento do cumprimento da diligência pendente naquela Autarquia, ultrapassada a presente fase recursal.

88. Desse modo, entende-se que o **subitem “V.c.4”** da Decisão vergastada¹⁴ deve ser reformado. Da mesma forma, advoga-se pela também reforma do subitem **“V.c.3”** do *decisum* de referências¹⁵, neste caso assumindo-se juízo mais conservador e já pensando nos futuros efeitos a serem produzidos pela Sentença em questão (transcrição *suso*), posto que, sob seus termos, restou assegurado **“o pagamento do referido adicional até que eventual ato de suspensão seja proferido com atenção e respeito ao devido processo legal administrativo”**. Tendo em conta que o subitem **“V.c.3”** reza em sentido contrário à sentença prolatada, ou seja, **pela desnecessidade** de deflagração de procedimento administrativo próprio ou especial para interrupção do pagamento do adicional aos hoje beneficiários, há de prevalecer a posição que já foi definida pela instância judicial, embora com os seus efeitos ainda suspensos nesta oportunidade.

89. De todo modo, vale deixar consignado que, para aqueles que de fato não possuem qualquer direito ao adicional de insalubridade (ou por não participarem das operações fumaça, ou por não realizarem serviços outros sob condições consideradas insalubres, conforme caracterização e classificação presentes no Laudo Técnico nº 75/2003), então os pagamentos correspondentes podem ser de imediato suprimidos, **após comunicação ao interessado em procedimento próprio**.

14 Decisão nº 1.077/2019:

V - determinar para cumprimento no prazo de 90 (noventa) dias: [...]; c) ao Detran que: [...]; c.4) atenda as recomendações da Nota Técnica nº 08/2016 – DIRFA/CONAP/SUBCI/CGDF, conforme disposto na Decisão nº 896/2018;

15 “[...]; c.3) em face da natureza jurídica dessa rubrica (adicional de insalubridade) e ausente causa para sua percepção, o pagamento deve ser interrompido, prescindindo da deflagração de procedimento administrativo especial por se operar em decorrência da própria lei e de pleno direito em razão do simples desaparecimento do fato gerador do benefício;”

90. Passemos, agora, à análise dos subitens **“V.c.1.1”** e **“V.c.1.2”** da Decisão sob reexame, contrastando-os com os termos do Laudo Pericial nº 75/2003, na forma a seguir:

Decisão nº 1.077/2019:

“[...]; V – determinar para cumprimento no prazo de 90 (noventa) dias:

[...]; c) ao Detran que: c.1) o adicional de insalubridade com fundamento no Laudo Pericial nº 75/2003 decorrente das “operações fumaça” deve ser pago:



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

c.1.1) somente aos servidores que participam das “operações fumaça”, não se estendendo a outros agentes envolvidos na blitz que realizam outras atividades de fiscalização, visto que não há previsão no laudo nesse sentido, não se admitindo a interpretação extensiva para abarcar no tópico “operações fumaça” do mencionado laudo outras atividades de fiscalização de trânsito não estabelecidas pelo perito, tais como: exposição a calor, a agentes químicos, a ruído sonoro excessivo, etc., porquanto se exige perícia específica realizada por profissional habilitado para a constatação da existência dessas atividades nocivas à saúde;

c.1.2) quando caracterizada a exposição habitual, que é aquela em que o servidor se submete a circunstâncias ou condições insalubres por tempo igual ou superior à metade da jornada de trabalho mensal;

91. Pela Decisão em comento, o adicional de insalubridade, com fundamento no Laudo nº 75/2003, somente deveria ser pago aos servidores **participes das “operações fumaça”**, não devendo se estender a outros agentes envolvidos na blitz que realizam outras atividades de fiscalização, **visto que não haveria previsão no laudo nesse sentido**; ainda, que o pagamento deveria ocorrer quando caracterizada a **exposição habitual**, ou seja, quando o agente ficar submetido às condições insalubres **“por tempo igual ou superior à metade da jornada de trabalho mensal”**.

92. Depreende-se da Decisão que o pagamento do adicional de insalubridade em seu **grau máximo** somente seria devido aos agentes que participam das chamadas operações fumaça em condições de exposição **habitual** (metade ou mais da jornada de trabalho mensal).

93. Ora, para que quase todos agentes de trânsito (na verdade 97% deles, segundo a Nota Técnica nº 08/2016-CGDF) tivessem direito ao recebimento do adicional no grau máximo, seria necessário que **todos** estivessem realizando, **simultaneamente**, operações fumaça em **período integral dia sim, dia não**. Porém, não nos parece que seja essa a realidade dos fatos, muito embora os recorrentes defendam em sentido contrário. Entretanto, se rebelam em cumprir as recomendações da Nota Técnica em referência, não conseguindo fazer prova do quanto alegam.

94. Essa questão da produção de relatórios das chamadas operações fumaça, para demonstração de quais agentes delas participaram, constitui o elemento fundamental para que os beneficiários possam continuar recebendo o adicional em seu grau máximo, nos termos na Nota Técnica nº 08/2016. Vale anotar que a referida Nota Técnica foi reforçada nesse ponto pela cautelar expedida na ação judicial própria, quando **determinou** a continuidade do pagamento para **aqueles que participam da operação fumaça**. Valeria indagar, inclusive, se a Autarquia vem dando cumprimento a esse comando da decisão judicial desde 2016, até hoje, ou se vem realizando pagamento para quem não participa de tais operações, contrariando tal decisão.

95. Examinando-se os termos do multicitado Laudo Pericial nº 75/2003 (cópia juntada à peça 103, pp. 41 a 51 do e-DOC 2D0CF005), vê-se que ele se caracteriza como sendo **coletivo**, consoante disposições do § 4º do art. 52 do Decreto nº 34.023/2012, ou seja: foi elaborado tendo em conta os setores/serviços presentes no Edifício Sede e nas demais Unidades do Detran/DF, e não em relação às atividades/serviços desempenhados por determinado servidor. Desse modo, a perícia realizada à época consistiu em primeiramente caracterizar as diversas atividades desenvolvidas em cada setor/serviço daquela Autarquia, para depois as classificar como sendo insalubres de grau mínimo, médio, máximo, ou sem insalubridade, nos termos da legislação **vigente àquele tempo**.

96. Assim, foram periciados os seguintes setores/serviços: Depósito de Placas; Serviços de Reprografia; Serviços de Vistorias; Serviços de Emplacamento e Lacre; Serviço Médico; Serviços de Vistoria e Fiscalização em Geral; Serviços de Guinchamento de



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL TERCEIRA PROCURADORIA

Viaturas; Abastecimento; Lubrificação e Troca de Óleos; Lavagem de Veículos; Borracharia; Serviços de Placas e Sinalização; Serralheria; Vistoria para Emplacamento; Depósito de Placas; Demais Atividades; e Demais Unidades do Detran.

97. Na espécie, classificaram-se como sendo de **grau máximo** as atividades de fiscalização que envolviam a chamada “operação fumaça”, ou as assemelhadas a ela (como foi o caso dos serviços de vistoria que envolviam verificação de emissão de gases por veículos recolhidos ao depósito); o serviço de guinchamento de viaturas; e o serviço de lubrificação e troca de óleos. Nos demais casos em que foram caracterizadas condições insalubres, classificou-as como sendo de **grau médio**, como foi o caso do serviço de vistoria para emplacamento.

98. Já do tópico “Observações” daquele documento técnico, vale destacar:

1) a teor do **Enunciado 47** do TST¹⁶, “o trabalho insalubre executado em caráter intermitente não afasta, só por esta circunstância, o direito à percepção do adicional respectivo” (cf. alínea “a.III”);

2) são de responsabilidade do Órgão periciado “a identificação e o enquadramento de cada Servidor no rol das atividades periciadas que fazem jus, ou não, aos adicionais de insalubridade ou periculosidade apurados, bem como se os mesmos desempenham tais atividades de forma contínua ou intermitente” (cf. alínea “d”); e

16 Súmula nº 47 do TST

INSALUBRIDADE (mantida) - Res. 121/2003, DJ 19, 20 e 21.11.2003:

“O trabalho executado em condições insalubres, em caráter intermitente, não afasta, só por essa circunstância, o direito à percepção do respectivo adicional.”

3) nos casos em que o empregado se exponha “a insalubridade de graus variados, o pagamento do adicional respectivo deverá ser feito com base na insalubridade de maior grau” (cf. alínea “f”).

99. Aparentemente, o Laudo nº 75/2003 está sendo aplicado tendo em conta o contido na alínea “f” das Observações, ou seja: mesmo que o agente de trânsito tenha participado de uma **única** operação fumaça no mês, teria assegurado o direito ao recebimento do adicional em seu **grau máximo**.

100. Porém, esse caráter de exposição intermitente (ou eventual) não mais se aplica hoje. Faz-se necessário que tal exposição seja habitual, nos moldes em que restou fundamentado no Voto condutor da Decisão recorrida e ainda nos termos do inciso III do art. 2º da Resolução/TCDF nº 286/2015, aqui utilizada apenas como paradigma, c/c § 1º do art. 3º desse mesmo normativo, *in verbis*:

Resolução/TCDF nº 286/2015:

“Considerando o disposto nos arts. 79 a 83, da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011;

Considerando a necessidade de regulamentar, no âmbito desta Corte de Contas, a concessão dos adicionais de insalubridade e de periculosidade, resolve:

Art. 1º A concessão de adicional pelo exercício de atividade insalubre ou perigosa a servidor do Tribunal de Contas do Distrito Federal obedecerá ao disposto nesta Resolução.

Art. 2º Para efeito de aplicação deste Instrumento consideram-se:

I - atividade insalubre: aquela que por sua natureza, condições ou métodos de trabalho expõe o servidor a agente nocivo à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição a seus efeitos;



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

II - atividade perigosa: aquela que por sua natureza ou métodos de trabalho implica contato permanente com inflamável, explosivo ou eletricidade, em condição de risco acentuado;

*III - **habitualidade**: situação em que o servidor submete-se a circunstâncias ou condições insalubres ou perigosas como atribuição legal do seu cargo **por tempo superior à metade da jornada de trabalho**.*

Parágrafo único. Considera-se exposição permanente aquela que é constante, durante toda a jornada laboral e prescrita como principal atividade do servidor.

*Art. 3º O servidor que trabalha com **habitualidade** em local insalubre ou em contato permanente com substância tóxica, radioativa ou com risco de vida tem direito a um adicional incidente sobre o vencimento do cargo efetivo.*

*§ 1º O ingresso ou a permanência, **em caráter eventual**, de servidor em local insalubre ou em área de risco não geram direito à percepção do adicional de insalubridade ou de periculosidade.*

[...].”

(Grifamos)

101. Portanto, o Laudo Pericial nº 75/2003 de fato está desatualizado, não podendo servir de parâmetro para percepção do adicional em seu grau máximo. Por essa razão, e enquanto não forem produzidos laudos individualizados, faz-se necessária a comprovação da habitualidade por meio de relatórios das operações fumaça, elemento esse questionado pelo Detran/DF e pelo Sindetran/DF.

102. Por outro lado, a considerar o caráter essencialmente **externo e intermitente** da chamada operação fumaça, acredita-se que tal pode inviabilizar a elaboração de laudos **individualizados** para configurar exposição **habitual** dos agentes de trânsito a condições extremas de insalubridade, pelo menos em função dessas operações. Ou seja, não está afastada a possibilidade de novamente ser elaborado laudo de natureza **coletiva**, nos moldes do Laudo nº 75/2003. A referida situação, contudo, não afastará a necessidade de comprovação da habitualidade da exposição para amparar o direito ao recebimento do adicional em grau máximo, se for mesmo o caso. Tudo a depender do laudo que será produzido, é bem verdade.

103. A questão poderia ser resolvida pela criação de unidade específica, no âmbito do Detran/DF, para lotação dos servidores que estariam participando, em condições de habitualidade, dessas operações. Ademais, é possível que fosse feito rodízio entre os agentes de trânsito em tal lotação, até como medida para zelar pela saúde dos envolvidos. Porém, entende-se que tal medida não deve partir desta Corte de Contas, pois poderia caracterizar interferência indevida em sua independência administrativa.

104. Sobre a questão da produção de laudos novos, importa lembrar que, em fiscalizações anteriores, já foram expedidas determinações àquela Autarquia pugnando pela necessidade de controles individualizados das concessões do adicional de insalubridade, conforme constou das Decisões nºs 2.017/2011 (*item II*), 6.272/2014 (*item IV*) e 3.421/2015 (*item VI*). Esta última, contemporânea à auditoria levada a efeito nos presentes autos.

105. Nesse particular, vale anotar que, quando da análise da diligência objeto do item VI da Decisão nº 3.421/2015¹⁷, empreendida pela Informação DIFIPE de 18.03.2016 (peça nº 31 do Processo nº 12.195/2014, e-DOC FF515C7B), a unidade técnica emitiu o seguinte pronunciamento, *in litteris*:

*“29. Em auditoria específica levada a efeito no **Processo nº 17.175/15** o DETRAN esclareceu estar em curso a individualização das concessões. Desta feita, a **jurisdicionada informa que já procedeu à individualização dos processos de concessões dos Adicionais de Insalubridade e que, quando da elaboração da resposta a***



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

este Tribunal, não havia nenhum pagamento. Tendo em conta que se trata de recomendação para aprimoramento da gestão e que a jurisdicionada tomou conhecimento da medida, atendendo ao caráter pedagógico da atuação do Tribunal, tem-se por atendido o item em análise.”

(Grifamos)

*17 **Decisão nº 3421/2015**: “[...]; VI – determinar ao DETRAN/DF que continue envidando esforços para a regularização de todas as situações que demandem a individualização das concessões dos adicionais de insalubridade e periculosidade, nos termos do item II da Decisão nº 2.017/11, dando ciência ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, das providências adotadas; [...].”*

106. Fulcrada nessas razões, foi então exarada a Decisão nº 3.086/2016, considerando-se cumprida aquela diligência, quando se sabe agora que os procedimentos não tiveram seguimento a contento por parte do Detran/DF.

107. Mesmo assim, a teor das alegações de defesa na fase anterior nestes autos (resposta à Decisão nº 896/2018), a Jurisdicionada entende por regulares os pagamentos a todos atuais beneficiários e considera cumprida a diligência que lhe fora direcionada. Como principal razão, se não única, colocam a irredutibilidade de vencimentos, quando tal não se aplica à parcela de adicional de insalubridade (possui natureza *propter laborem*), nos termos da legislação regente e do Voto condutor da Decisão sob reexame.

108. Por outro lado, alegam os recorrentes que a inexistência dos laudos individualizados deve-se à mora da própria Administração em cumprir com suas competências, no caso referindo-se à então Secretaria de Fazenda, Planejamento Orçamento e Gestão do DF.

109. A esse respeito, consta do Memorando SEI-GDF nº 194/2017-SEPLAG/SUBSAUDE/GAB, **de 12.07.2017** (fls. 2655/2661, peça nº 147), reportando-se à alínea 'n', do item "IV" da Decisão nº 1.985/2017, que naquela oportunidade a Subsecretaria de Segurança e Saúde no Trabalho (unidade integrante da então Seplag), vinha utilizando-se de 01 (um) kit, contendo equipamentos de medição, *a priori*, adequados à produção dos laudos requeridos, a saber:

(...)

110. De toda forma, referido kit teria sido adquirido pelo Departamento de Estradas de Rodagem - DER, estando apenas emprestado àquela outra Pasta para atendimento das demandas que se lhes apresentavam, segundo registro da referida comunicação interna. Ainda, informa naquela oportunidade que estariam trabalhando em prol da aquisição de outros 3 (três) kit's, para que fossem capazes de atender todas as demandas do Complexo Administrativo distrital.

111. Noutra oportunidade, conforme consta do Memorando SEI-GDF nº 61/2018 – SEPLAG/SUBSAUDE/DISPSS/GST, **de 31.08.2018**, que integra o pedido de reexame do Sindetran/DF (fls. 2980/3060, peça nº 203), ao reportar-se ao Gabinete da Subsecretaria de Saúde da então Seplag/DF, a Gerência de Segurança do Trabalho não mais alega a impossibilidade de emissão dos laudos em questão. Em vez disso, apenas sinaliza que o prazo definido à época não poderia ser cumprido (**segunda quinzena de setembro/2018**), ao que solicitou fosse providenciada prorrogação, para que fosse possível o atendimento da demanda em questão, vejam-se os termos:

(...)

112. Na Decisão de nº 896/2018, entretanto, não fora expedida determinação destinada à então Seplag/DF no sentido de contribuir para a produção dos laudos periciais demandados, com vista a regularizar a situação das concessões do adicional de insalubridade aos agentes de trânsito, em substituição ao Laudo Pericial nº 75/2003. As determinações foram destinadas apenas ao Detran/DF, sendo que aquela Autarquia já não vinha demonstrando tanto esforço para a produção de tais documentos.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

38. A Instrução observou que a solução do problema passa por envolver a atual Secretaria de Estado de Economia do DF (que absorveu as competências da antiga SEPLAG/DF, envolvendo a “Unidade que detém as competências para expedição dos laudos, a teor dos Decretos nºs 32.547/2010 e 34.023/2012”), acrescentando que:

114. A esse respeito, vale registrar que em fase anterior já haviam sido autuados os processos individuais para tal desiderato, conforme noticiado na Informação DIFIPE de 18.03.2016 (peça nº 31 do Processo nº 12.195/2014, e-DOC FF515C7B), e também no Ofício SEI-GDF nº 592/2018 - DETRAN/DG, de 01.10.2018 (fls. 2843/2867, peça nº 185), em que aquela Autarquia responde à Decisão nº 896/2018. Ali, é traçado o seguinte panorama em relação à situação da emissão dos laudos individuais, *in verbis*:

“3. O Detran/DF, Órgão executivo de trânsito, não possui competência legal para a emissão de laudos periciais para fins de concessão de adicional de insalubridade. Por isso, em 2013, foram abertos 768 (setecentos e sessenta e oito) processos administrativos para realização de laudos técnicos individualizados dos agentes de trânsito, visando apurar quais servidores encontravam-se expostos a agentes nocivos (gases poluentes, ruídos, entre outros) em caráter habitual.

4. Esses processos foram encaminhados à Subsaúde/SEPLAG/DF, responsável pela elaboração dos laudos periciais no âmbito do Governo do Distrito Federal. Até a prolação da Decisão nº 896/2018 dessa i. Corte de Contas, os laudos ainda não haviam sido emitidos sob a justificativa da inexistência de equipamentos adequados para a aferição de incidência dos agentes insalubres.”

115. Não obstante, no lugar de atuar em prol da atualização do antigo Laudo nº 75/2003, o Detran/DF insistiu em dizer que as concessões estariam todas regulares, devendo a diligência objeto da Decisão nº 896/2018 ser considerada cumprida.

116. Tendo em conta que o direito ao recebimento no grau máximo somente seria devido com a participação nas operações fumaça, então essa participação terá de ser provada documentalmente, não apenas por declaração da chefia do servidor, conforme proposto no pedido de reexame em análise.

117. Nesse sentido, um ponto cujo esclarecimento se mostra salutar diz respeito ao fato de que a lógica aplicável ao caso não é a de que os servidores que atuam em outras atividades, que não aquela que lida com as operações fumaça, estariam sendo prejudicados com a retirada do adicional, mas sim a de que estes foram incluídos de forma indevida, caracterizando ato administrativo nulo, passível de revisão portanto.

118. A despeito da discussão quanto à ausência de eficácia da Nota Técnica nº 08/2016-CGDF, vale repetir que a mesma decisão que suspendeu sua eficácia, tratou de “determinar” que o pagamento do adicional de 20% somente deveria ser assegurado àqueles agentes que participam da operação fumaça. Então, a exigência para que sejam produzidos documentos comprobatórios dessa participação nas operações fumaça independe da Nota Técnica em referência, podendo esta Corte de Contas expedir determinação específica neste sentido, desde que respeitadas as decisões judiciais correlatas. Ainda, tendo em conta os termos da Sentença já proferida, está aberta a possibilidade de revisão das concessões, bastando para isso que seja aberta oportunidade para o contraditório por parte dos beneficiários. E a medida em questão pode ser implementada pelo Detran/DF sem depender do trânsito em julgado do processo judicial de referência. Inclusive, já existiriam processos individualizados autuados (cerca de 768) para tal finalidade.

39. A Unidade Técnica concluiu que, portanto, o Adicional de Insalubridade, com fundamento no Laudo nº 75/2003, somente deveria ser pago aos servidores participantes das “operações fumaça”, não devendo se estender “a outros agentes envolvidos nas blitzes com outros



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

intuitos de fiscalização”, bem como que “o pagamento deveria ocorrer somente quando caracterizada a *exposição habitual*, ou seja, quando o agente ficar submetido às condições insalubres por tempo igual ou superior à metade da jornada de trabalho mensal”, além de que a Decisão recorrida e a Nota Técnica do Controle Interno teriam respaldo na legislação de regência, a amparar a “suspensão do pagamento do adicional de insalubridade quando ausentes as condições que deram causa à concessão”, com a necessidade de “novos laudos, para justificar a continuidade do recebimento do adicional”.

40. Nesse sentido, a par das conclusões anteriores, e tendo em conta os termos da cautelar deferida e também da Sentença já proferida na Instância Judicial, finalizando, sugeriu ao e. Tribunal:

- I. *tomar conhecimento da Informação nº 234/2019 - NUREC;*
- II. *no mérito, dar parcial provimento aos pedidos de reexame interpostos pelo Detran/DF e pelo Sindetran/DF, reformando-se os termos do subitem “V.c” da Decisão nº 1.077/2019, na forma a seguir: “[...]; V - determinar para cumprimento no prazo de 90 (noventa) dias: [...]; c) ao Detran que: c.1) o adicional de insalubridade, com fundamento no Laudo Pericial nº 75/2003, deve ser pago: c.1.1) em seu grau máximo (20%), somente aos servidores que participam das “operações fumaça”, não se estendendo a outros agentes envolvidos na blitz que realizam outras atividades de fiscalização, visto que não há previsão no laudo nesse sentido, não se admitindo a interpretação extensiva para abarcar no tópico “operações fumaça” do mencionado laudo outras atividades de fiscalização de trânsito não estabelecidas pelo perito, tais como: exposição a calor, a agentes químicos, a ruído sonoro excessivo, etc., porquanto se exige perícia específica realizada por profissional habilitado para a constatação da existência dessas atividades nocivas à saúde; c.1.2) apenas quando caracterizada a exposição habitual, que é aquela em que o servidor se submete a circunstâncias ou condições insalubres por tempo igual ou superior à metade da jornada de trabalho mensal; c.2) o adicional de insalubridade não se integra à remuneração do servidor, porquanto possui natureza jurídica de vantagem pecuniária propter laborem, nos termos da Lei Complementar nº 840/2011, da doutrina e da jurisprudência, de maneira que, cessando o fato gerador que lhe dá causa, o adicional não pode mais ser percebido, devendo ser excluído da composição da remuneração do servidor, sendo imprescindível que o ato de suspensão seja precedido de comunicação ao beneficiário em procedimento administrativo próprio; c.3) tendo em conta os termos da sentença proferida pelo juiz a quo no Processo/TJDFT nº 2016.01.1.095566-2, enquanto ausentes LTCATs individualizados para as concessões, o pagamento do adicional referido no subitem “V.c.1.1” somente deverá ser realizado mediante apresentação de relatórios das “operações fumaça” contendo, no mínimo: data; local; horário de início e de encerramento; nome, cargo e matrícula dos servidores participantes; modelo e placa do veículo fiscalizado; bem assim o nº da CNH e nome do condutor, relatórios esses que deverão servir como ponto de controle em futuras fiscalizações empreendidas pelos controles interno e/ou externo”;*
- III. *consoante disposições dos Decretos nºs 32.547/2010, 34.023/2012 e 40.030/2019, determinar à Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal que envide esforços no sentido de atualizar o Laudo Pericial nº 75/2003 para regularização das concessões de adicionais de insalubridade e/ou periculosidade no âmbito do Detran/DF, comunicando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, o*



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

andamento dos procedimentos de interesse, tendo em conta, ainda, o conteúdo do Memorando SEI-GDF nº 61/2018 - SEPLAG/SUBSAUDE/DISPSS/GST, em que fora solicitada prorrogação de prazo para conclusão de tal tarefa;

IV. dar conhecimento da decisão que vier a ser prolatada ao Detran/DF, ao Sindetran/DF e também à Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, por intermédio de seus representantes legais, quando aplicável;

V. autorizar:

a) o envio de cópia dessa decisão ao Núcleo de Recursos, como forma de viabilizar os correspondentes registros;

b) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal, para continuidade do acompanhamento da matéria.

41. Expostas as considerações apresentadas na Instrução, cabe ressaltar, de antemão, que, de fato, como bem apontou a Unidade Técnica, em síntese, para apreciação das Razões Recursais dos Recorrentes, há que se averiguar se os integrantes das carreiras de Policiamento e Fiscalização do DETRAN/DF estariam rotineiramente expostos a atividades insalubres, pela própria natureza das atividades externas que executam, ou se o benefício se estenderia tão somente àqueles que participam das chamadas “operações fumaça”, em especial, em seu percentual máximo (20%); sem se descuidar de possível alcance da Decisão Judicial proferida nos autos do Processo nº 2016.01.1.095566-2, em curso no TJDF.

42. Sob esse aspecto, vale salientar que os Recursos em voga foram conhecidos pelo Tribunal, mediante a Decisão nº 1.814/2019, conferindo-se efeito suspensivo ao **item V**, alínea “c”, da Decisão nº 1.077/2019. Dessa forma, não é despiciendo rememorar os conteúdos dos subitens da referida alínea “c”, contrapondo-os com as conclusões do Núcleo de Recursos do TCDF:

O Tribunal (...) decidiu: (...); V - determinar para cumprimento no prazo de 90 (noventa) dias: (...); c) ao Detran que:

c.1) o adicional de insalubridade com fundamento no Laudo Pericial nº 75/2003 decorrente das “operações fumaça” deve ser pago:

Decisão nº 1.077/2019:

c.1.1) somente aos servidores que participam das “operações fumaça”, não se estendendo a outros agentes envolvidos na blitz que realizam outras atividades de fiscalização, visto que não há previsão no laudo nesse sentido, não se admitindo a interpretação extensiva para abarcar no tópico “operações fumaça” do mencionado laudo outras atividades de fiscalização de trânsito não estabelecidas pelo perito, tais como: exposição a calor, a agentes químicos, a ruído sonoro excessivo, etc., porquanto se exige perícia específica realizada por profissional habilitado para a constatação da existência dessas atividades nocivas à saúde;

Sugestão do NUREC, ao pugnar pelo Provimento Parcial dos Recursos:

c.1.1) em seu grau máximo (20%), somente aos servidores que participam das “operações fumaça”, não se estendendo a outros agentes envolvidos na blitz que realizam outras atividades de fiscalização, visto que não há previsão no laudo nesse sentido, não se admitindo a interpretação extensiva para abarcar no tópico “operações fumaça” do mencionado laudo outras atividades de fiscalização de trânsito não estabelecidas pelo perito, tais como: exposição a calor, a agentes químicos, a ruído



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

sonoro excessivo, etc., porquanto se exige perícia específica realizada por profissional habilitado para a constatação da existência dessas atividades nocivas à saúde;

Decisão nº 1.077/2019:

c.1.2) quando caracterizada a exposição habitual, que é aquela em que o servidor se submete a circunstâncias ou condições insalubres por tempo igual ou superior à metade da jornada de trabalho mensal;

Sugestão do NUREC, ao pugnar pelo Provimento Parcial dos Recursos:

c.1.2) apenas quando caracterizada a exposição habitual, que é aquela em que o servidor se submete a circunstâncias ou condições insalubres por tempo igual ou superior à metade da jornada de trabalho mensal;

Decisão nº 1.077/2019:

c.2) o adicional de insalubridade não se integra à remuneração do servidor, porquanto possui natureza jurídica de vantagem pecuniária propter laborem, nos termos da Lei Complementar nº 840/2011, da doutrina e da jurisprudência, de maneira que, cessando o fato gerador que lhe dá causa, o adicional não pode mais ser percebido, devendo ser excluído da composição da remuneração do servidor;

Sugestão do NUREC, ao pugnar pelo Provimento Parcial dos Recursos:

c.2) o adicional de insalubridade não se integra à remuneração do servidor, porquanto possui natureza jurídica de vantagem pecuniária propter laborem, nos termos da Lei Complementar nº 840/2011, da doutrina e da jurisprudência, de maneira que, cessando o fato gerador que lhe dá causa, o adicional não pode mais ser percebido, devendo ser excluído da composição da remuneração do servidor, sendo imprescindível que o ato de suspensão seja precedido de comunicação ao beneficiário em procedimento administrativo próprio;

Decisão nº 1.077/2019:

c.3) em face da natureza jurídica dessa rubrica (adicional de insalubridade) e ausente causa para sua percepção, o pagamento deve ser interrompido, prescindindo da deflagração de procedimento administrativo especial por se operar em decorrência da própria lei e de pleno direito em razão do simples desaparecimento do fato gerador do benefício;

Sugestão do NUREC, ao pugnar pelo Provimento Parcial dos Recursos:

c.3) tendo em conta os termos da sentença proferida pelo juiz a quo no Processo/TJDFT nº 2016.01.1.095566-2, enquanto ausentes LTCATs individualizados para as concessões, o pagamento do adicional referido no subitem “V.c.1.1” somente deverá ser realizado mediante apresentação de relatórios das “operações fumaça” contendo, no mínimo: data; local; horário de início e de encerramento; nome, cargo e matrícula dos servidores participantes; modelo e placa do veículo fiscalizado; bem assim o nº da CNH e nome do condutor, relatórios esses que deverão servir como ponto de controle em futuras fiscalizações empreendidas pelos controles interno e/ou externo”;

Decisão nº 1.077/2019:

c.4) atenda as recomendações da Nota Técnica nº 08/2016 - DIRFA/CONAP/SUBCI/CGDF, conforme disposto na Decisão nº 896/2018;

Sugestão do NUREC, ao pugnar pelo Provimento Parcial dos Recursos:



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

c.4) (suprimido)

43. Relembrando, ainda, as recomendações daquela Nota Técnica nº 08/2016, a que alude o item IV realçava a necessidade de se:

“1. Registrar todas as operações fumaça realizadas em formulário próprio, que contenham os seguintes dados: lugar, dia, horário, duração (tempo em horas ou minutos) da operação, identificação do veículo vistoriado (modelo, ano e placa), nome completo do condutor, número da carteira de habilitação do condutor e nome/matricula do agente de trânsito que realizou a vistoria, sob pena de responsabilização dos agentes envolvidos;

*2. Realizar o pagamento do **adicional de insalubridade** aos agentes que participam das “operações fumaça” somente mediante a apresentação do relatório detalhado acima;*

*3. Realizar o pagamento do **adicional** somente aos agentes em que sua participação se caracterizar como exposição habitual, ou seja, tempo de exposição igual ou superior à sua metade da jornada de trabalho mensal;*

*4. Providenciar a abertura de processo apuratório para responsabilização dos servidores que autorizaram o pagamento do **adicional de insalubridade** aos agentes de trânsito participantes das “operações fumaça”, na ausência de apresentação do relatório detalhado disposto na recomendação 1.” (destaques não constam).*

44. Verifica-se que, ao sugerir o provimento parcial dos Recursos interpostos, para se rever em parte o item V, alínea “c” do **decisum**, o NUREC passou a consignar na nova redação indicada no item “c.3” dispositivos da referida Nota Técnica (excluindo-se aquela responsabilização a que se refere o item IV). Ademais, buscou evidenciar a necessidade de prévia ciência aos interessados, como vistas ao contraditório, em procedimento específico.

45. Pelo que se depreende, assiste razão à Unidade Técnica quanto ao fato de que a Jurisdicionada e o Sindicato da categoria buscam, a toda evidência, garantir o pagamento do Adicional de Insalubridade, de forma generalizada, a todos os servidores da carreira de Policiamento e Fiscalização de Trânsito, ao argumento de que as atividades externas da categoria, em regra, comportam o benefício, o que se considera inviável.

46. Aliás, havia sido juntada aos autos Denúncia Anônima (Peça 188, que não foi conhecida pelo Tribunal, mas cujas informações foram levadas em consideração pelo nobre Relator), dando conta de impropriedades na concessão do benefício de forma generalizada, consoante excerto a seguir:

“Há anos o Detran/DF paga o adicional de insalubridade aos agentes de trânsito sem nenhum amparo legal. Já houve muitas denúncias na ouvidoria, no TCDF e no próprio MPDFT, mas sempre o órgão apresenta justificativas de não ter como realizar os laudos individualizados e se utiliza de uma prerrogativa imoral, que é um laudo pericial de 2003 onde deixa claro que somente os agentes que realizam operação fumaça deveriam fazer jus ao adicional. Diante desse fato todos os agentes alegam que realizam a chamada operação fumaça, mas na realidade é uma farsa montada dentro do órgão, onde os chefes da fiscalização declaram que todos os agentes realizam as operações, com a total conviência do Diretor Geral, Diretora Administrativa, Diretor Financeiro e Gerente de pessoal. Para coibir essa prática a Controladoria do DF realizou uma auditoria e constatou a fraude e elaborou uma Solicitação de Ação de Correção nº 67/2016 - SUBCI/CGDF (Nota Técnica nº 8/2016-DIRFA/CONAP/SUBCI/CGDF) recomendando ao órgão a suspensão do pagamento e adoção de medidas para que o pagamento seja realizado somente aos agentes que efetivamente comprovarem a participação na operação fumaça.
(...)”



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

*Com essa farsa o Detran/DF desembolsa por mês aproximadamente R\$ 800.000,00, quase 10 milhões por ano. Se pensarmos que essa prática está acontecendo a mais de 20 anos são 200 milhões desviados dos cofres públicos ilegalmente.
(...)"*

47. As normas legais trazidas à baila pela Instrução não deixam dúvidas quanto à necessidade de definição, mediante “*perícia nos locais de trabalho*” e “*elaboração de laudos técnicos*”, de exposição “*com habitualidade nos locais de trabalho*” ou exposição “*permanente*” a substância tóxicas, para que façam jus à percepção do Adicional de Insalubridade, ou periculosidade, conforme o caso, inclusive, com vistas à verificação do grau (mínimo, médio, ou máximo) de enquadramento, de acordo com a próprio Laudo Pericial do Ministério do Trabalho. Nessa linha também se apresenta a jurisprudência pátria, consoante julgados colacionados.

48. Ademais, o próprio Laudo de 2003 deixou assente que o enquadramento da chamada “*operação fumaça*” estaria em conformidade com a exposição excessiva a “*monóxido de carbono*”. Aliás, a antecipação de tutela deferida em Juízo para a “suspensão da eficácia das recomendações exaradas pela Nota Técnica 08/2016, mantendo-se o pagamento de insalubridade, no percentual de 20%, para os agentes de trânsito que participam da denominada "operação fumaça" até a prolação de decisão em sentido contrário. Ou seja, não havia garantido a permanência do pagamento no percentual máximo a todos os servidores detentores de tal cargo, mas, tão somente, àqueles que efetivamente tivessem enquadramento neste tipo de “*atuação*”.

49. É certo que a Sentença de mérito, que julgou procedente em parte o pedido do Sindicato, para garantir a manutenção dos pagamentos correspondentes, até que fosse garantido o contraditório e a ampla defesa, encontra-se suspensa (art. 496 do CPC), consoante Decisão interlocutória proferida em setembro/2019, em sede de Apelação/Remessa Necessária (Processo eletrônico nº 0034137-26.2016.807.0018), estando os autos conclusões para a Relatora desde novembro/2019.

50. Nada obstante, no entender Ministerial, o fato não obsta o provimento parcial dos Recursos, nos moldes estritamente propostos pela Unidade Técnica, mormente em se considerando que, na aludida Ação, em sede de antecipação houve a garantia da manutenção da percepção do Adicional de Insalubridade no percentual de 20%, tão somente, àqueles que participam da denominada “*operação fumaça*”, o que também não obsta a apuração da habitualidade em tal exposição, na forma dos normativos de regência, e tampouco afasta a possibilidade de supressão da parcela em relação àqueles que não fazem jus ao benefício, observado o contraditório e a ampla defesa.

51. Pelo exposto, opina este **Parquet** pelo acolhimento das sugestões ofertadas pela Unidade Técnica.

É o parecer.

Brasília, 10 de dezembro de 2019.

Demóstenes Tres Albuquerque
Procurador